

## **NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO**

Data – 03 de maio de 2011

Hora – 14h

Local – Sede da EBC

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Ainda aguardamos alguns Conselheiros chegarem, mas temos uma pauta mais ou menos longa, importante, e vamos dar início. Então, nessa 27ª Reunião, daremos nossas despedidas ao ouvidor Laurindo Leal Filho, que tem assento nas reuniões do Conselho. Daremos posse, por outro lado, ao novo representante dos funcionários, o jornalista Guilherme Strozi, a quem dou boas-vindas, inicialmente, em meu nome e no nome de todos os Conselheiros aqui presentes.

Temos, representando o Ministro Fernando Haddad, a Dra. Maria do Pilar, Secretária de Ensino Básico do Ministério da Educação (MEC), e temos o Secretário Executivo do Ministério da Cultura, o Sr. Victor Ortiz, a quem dou as boas-vindas.

Nossas ausências de hoje estão todas justificadas para fins regimentais: os Conselheiros Paulo Sérgio Pinheiro, Daniel Aarão e Cláudio Lemos.

Temos a pauta aqui apresentada a todos, gostaria de saber se todos estão de acordo: o primeiro item de abertura é a aprovação da Ata da 26ª Reunião, posse do Conselheiro Guilherme Strozi, os dez minutos com a Ouvidoria, os informes sobre o Manual de Jornalismo, a avaliação dos telejornais da TV Brasil e outros assuntos.

Estamos aprovados com a pauta? Alguém quer incluir algum assunto?

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Não sei se está em outros assuntos, mas o Diogo havia me pedido que eu falasse sobre mudanças internas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Sim, está aqui. Antes da posse passarei a palavra a você.

Então, vamos ao próximo ponto de pauta, que é aprovação da Ata.

Foi enviada antecipadamente a todos, transcrevemos a Resolução na última reunião, na página 3, não estava muito claro, então, resolveu-se essa pequena mudança de transcrever a Resolução na página 3. Todos podem ler e se não tiver nenhum erro podemos aprovar essa Ata. A única mudança foi aqui nessa descrição da Resolução.

Estamos de acordo?

Então, peça ao Diogo que passe a Ata para que possamos assinar.

Antes da posse do jornalista Guilherme, eu gostaria de passar a palavra à Presidente Tereza, para que ela dê os informes sobre a reorganização institucional e da Diretoria da empresa.

Tereza, por favor.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Boa tarde, Conselheiras e Conselheiros.

A Presidente havia me pedido que apresentasse um relato sucinto sobre as novidades em estruturas internas.

Começo dizendo sobre o Ouvidor, a indicação do Ouvidor é uma prerrogativa do Diretor-Presidente da EBC.

O Professor Laurindo Leal Filho – Lalo, um codinome tão público que já está incorporado – prestou enormes contribuições à EBC aceitando o meu convite há dois anos e meio para implantar a Ouvidoria, quer dizer, na verdade, existia uma Ouvidoria da Radiobrás, mas era uma ouvidoria, digamos, voluntária e não com previsão legal como é a da EBC.

O Lalo implantou a Ouvidoria, criou as chamadas Ouvidorias Adjuntas, que são órgãos auxiliares, porque não há Ouvidor que dê conta de tanta mídia sozinho. O seu mandato venceu em setembro, na época pedi que ele continuasse.

Antes, porém, tínhamos o dilema entre a apresentação do “Ver TV” e o cargo de Ouvidor, sobre o qual a Diretoria Executiva já se havia pronunciado. Esse assunto veio ao próprio Conselho, sobre a incongruência de o órgão que nos fiscaliza também ser o titular e apresentar um programa, um programa fundamental na TV pública, como é o “Ver TV”. Mas havíamos decidido que até o fim do mandato o Lalo faria as duas coisas, mas que depois elas seriam separadas.

Então, quando o mandato do Lalo terminou, apresentamos a ele, digamos, o direito de escolha: continuar apresentador ou ser reconduzido à Ouvidoria. E, como ele já fazia o “Ver TV” antes de ser Ouvidor, apresentei o meu argumento, que ele mesmo pode repetir, que o programa é muito importante para a TV pública e que havia escolha a fazer. Ele preferia ficar no trabalho de longo prazo, mais perene, como o programa, e eu conduziria outro nome para a Ouvidoria.

Demorei para encontrar esse nome e pedi ao Lalo que continuasse ocupando o cargo como a lei permite, o regimento permite até o momento. Foi muito difícil. Para alguns Conselheiros, até pedi conselho e ajuda, como o professor Murilo. Especulamos nomes, nenhum deu certo, confesso que até pensei em roubar um Conselheiro, mas também não deu certo e isso agora não vem ao caso.

É difícil, a Ouvidoria é um lugar difícil porque é preciso conhecer o espírito da comunicação pública, as leis, a EBC e é preciso ter disponibilidade, em suma, é um lugar muito complicado.

Finalmente, chegamos ao nome da Professora Regina Lima, que convidei para estar aqui hoje – como convidada, porque ela não foi empossada –, e que todos conhecem, para acompanhar a primeira reunião e que será a última do Lalo no cargo.

A Professora Regina está aqui atrás, caso o Conselho queira ouvi-la, mas quando ela tomar posse, no futuro, ela irá falar. Não é da minha competência.

Em suma, por isso o Lalo está se retirando, o seu mandato está vencido há tempo, ele estava apenas sendo paciente comigo. A Regina será empossada e, na próxima reunião, ela já estará aqui nesta condição.

Então, em nome da Diretoria da EBC, quero agradecer muito ao Lalo por este período, por toda a contribuição que ele trouxe com a implantação desse serviço, a criação de suas primeiras normas, a criação dos procedimentos. A fase experimental em todas as instituições é a mais difícil, assim como a da própria EBC, quer dizer, a minha. É assim, tudo é muito mais difícil. Acredito que será melhor daqui para frente.

Este é um ponto, a mudança na ouvidoria.

Ficamos devendo o programa, por isso combinei com o Lalo e com a Regina que o programa agora vai. Acredito que agora estamos muito próximos de conseguir ter condições, porque os senhores sabem que o problema é operacional, é um problema de quadros, de diretor, de produtor, tem que ter uma equipe.

Na verdade, ele nunca saiu nem por falta de vontade nem por falta de saber como fazer, de *knowhow*. Conhecemos os programas das TVs públicas européias, conhecemos vários modelos, mas o problema é de equipe, não tem e não podemos tirar de nenhuma diretoria. Não posso tirar do jornalismo, não posso tirar da produção, não tem como.

Mas estamos agora com uma funcionária – havia até um pedido para que ela viesse ao Conselho, não sei se chegou a ela o recado, pedi a ela que viesse, alguém poderia pedir a Rosana Fernandes para acompanhar a reunião do Conselho, penso que é importante –, que é uma produtora conceituada, tem uma grande experiência em produzir, veio transferida para Brasília para cuidar do Programa do Ouvidor.

Estamos montando uma equipe, recolhendo uns grãos de areia ali e aqui e, em homenagem aos dois anos e meio em que o Lalo não fez programa, já combinamos que o primeiro programa será apresentado por ele, ainda que a Regina já tenha sido nomeada. Em

suma, encontraremos uma forma. Quero que o Lalo participe para que ele possa abrir a série, digamos assim, vamos encontrar um formato que permita esta participação.

Outra mudança: depois de aprovado no Conselho de Administração, presidido pela Ministra Helena, a quem agradeço por viabilizar essa mudança, implantamos, com a autorização, também, do DEST, porque para criar um cargo é sempre preciso ter uma autorização.

Na verdade, não foi criado um cargo, foi permutado, quer dizer, você corta dois cargos de tal valor de salários para conseguirmos um, nesse caso foi assim, e criamos a Superintendência de Comunicação Multimídia para tratar, inclusive, de um problema que é muito recorrente aqui neste Conselho que são as questões de *site*, da presença da EBC em canais públicos na *internet*, acessibilidade, interatividade, todas essas questões digitais e virtuais que são muito precárias na EBC.

Então, criamos a Superintendência de Comunicação Multimídia com essa responsabilidade e outras atribuições, tiradas da antiga DTIC, Diretoria de Tecnologia. Estamos reunindo ali tudo o que trata desta existência digital, existência no mundo virtual e na convergência das mídias. E, para ocupá-la, nomeamos o jornalista Nelson Breve, que está ali à direita. Se o Conselho quiser mais detalhes sobre essa unidade, penso que é melhor ele mesmo falar.

Nelson Breve é um jornalista de trajetória muito conhecida no setor público e privado e foi, até meses atrás, Secretário de Imprensa da Secom, na gestão do Ministro Franklin.

Essa é uma unidade que inclusive vai resolver muitos problemas cobrados pelo Conselho. Deixo a critério da presidência se quiser saber mais detalhes ou se quiser ouvir o dirigente.

A outra mudança que fizemos também, depois de aprovado o nome pelo Conselho de Administração na última reunião, foi a nomeação do Superintendente de Programação, Rogério Brandão, para a Diretoria de Produção.

O Rogério Brandão é um profissional de televisão com experiência nas duas áreas que são as áreas vitais de uma televisão: a produção e a programação; outra área vital é o jornalismo. O Rogério tem trajetória no setor público e privado, tanto em uma como em outra área.

A minha proposta, que não foi aprovada pelo Conselho de Administração devido a uma questão regimental, é fundir algumas estruturas em uma Diretoria de Televisão. Por enquanto não foi possível, mas o Conselho aprovou a nomeação do Rogério para a Diretoria de Produção com a acumulação da Superintendência de Programação. Ele está começando esse trabalho.

Sugiro à presidenta, se for do interesse do Conselho, que possamos estreitar alguns programas novos. E, se o Conselho quiser ouvir, é melhor ouvir dele do que de mim essas informações sobre programas que foram ao ar.

Este ano não tem virada de grade com data marcada. A empresa está com muitas dificuldades operacionais, financeiras, de toda ordem, então, não vamos fazer como em outros anos quando houve o dia em que virou a grade, a festa, o evento. Estamos lançando programas novos com divulgação, com *marketing* e *endomarketing* entre nossas mídias, mas não haverá um momento assim, por isso não houve nenhum momento em que o Conselho fosse chamado, mas faremos ainda novas mudanças. Isso está a cargo do Rogério Brandão.

Foram essas as mudanças.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Tereza.

Penso que, dado que o Rogério vai assumir a Superintendência da Programação, seria interessante ouvi-lo rapidamente porque o diálogo é diretamente com as câmeras de jornalismo, de vários conteúdos dos veículos.

**O SR. ROGÉRIO BRANDÃO** (Superintendente de Programação) – Obrigado.

Queria aproveitar a oportunidade para agradecer a confiança da Ministra na aprovação do meu nome, a indicação da Presidente Tereza Cruvinel, a quem já agradeço, porque pela segunda vez ela me proporciona a oportunidade de trabalhar em uma empresa pública, em uma emissora pública, que é um trabalho pelo qual tenho um grande apreço e uma grande dedicação.

Nesse desafio novo, vamos reestruturar a área de produção para torná-la mais compatível com o momento em que nós estamos passando agora com a questão, já citada pela Presidente, de um corte orçamentário; aprimorar os processos que já foram realizados; criar novos processos para que a área da produção possa atender, no caso, o planejamento proposto pela Presidente e aprovado pelo Conselho.

Só para terem uma ideia e para falarmos do lançamento a da grade a que ela se referiu: depois de amanhã, no dia 5, completa um ano que estamos com uma grade estável, ou seja, pela primeira vez na história da TV Brasil, ela está há um ano com uma grade

estável, que é a única maneira de fazer o telespectador ficar fidelizado em nossa programação, não havendo mudanças, nem de dia nem de horários, quer dizer, o conceito é você mudar o conteúdo para o mesmo público, para o mesmo *target*, mas fidelizar a grade. Em função disso, penso que nem ouve até muita necessidade de fazer realmente um lançamento para o mercado, dado o momento.

Para se ter uma ideia, do dia 4 de abril, que foi um dia eleito para inaugurar essa nova programação, com planejamento feito com antecedência e aprovado no Comitê de programação, até o dia 30 de abril, inauguramos quinze produções. Inauguramos de abril a maio, ao todo, vinte e duas produções, sendo quinze no período de abril e sete no período de maio. Algumas já aconteceram, como domingo passado que foi a estréia do Natália, sobre a qual houve uma grande repercussão na mídia.

A mídia ficou muito atenta a esse lançamento, deu um espaço muito grande para a TV Brasil, foi muito positivo. E, de hoje até o final do mês, temos mais...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Rogério, explique o que é Natália.

**O SR. ROGÉRIO BRANDÃO** (Superintendente de Programação) – Natália é a série para um público adulto, jovem, que faz parte do projeto mais cultura, o FICTV, que foi uma parceria do Ministério da Cultura com a TV Brasil.

O Ministério lançou um projeto para formar profissionais de mercado e selecionou 250 projetos. Desses 250 projetos, oito tiveram recursos para produzir um piloto original, que também exibimos na TV Brasil. Dos oito pilotos, três foram contemplados para

se tornarem uma série com 39 episódios, quer dizer, são três séries, com treze capítulos cada uma, de dramaturgia, para um público adulto jovem, com produção totalmente independente, nacional.

Um projeto de grande vulto e que a TV Brasil entra como tela para poder fortalecer esse conceito dentro do mercado de produção independente que não existe.

Hoje, inclusive, para você prospectar um mercado, você não encontrará, nas produtoras, um conteúdo com esse perfil disponível para poder estar na grade da TV Brasil ou de qualquer outra, com exceção da Globo, que produz as suas próprias minisséries.

Então, Natália foi a primeira, No dia 23 de maio, vamos estreiar a segunda, que é Brilhante, essa já para uma faixa adolescente, às 19 horas, já em um horário que está marcado para o público adolescente. E essas produções são produções não adquiridas ou produzidas na casa, ou co-produções realizadas em parcerias com produções independentes e com instituições. Então, um saldo bem positivo; estamos muito animados.

Há outros produtos para serem inaugurados até outubro também; outros que vão entrar na grade, dentro de efeméride e que estão sendo finalizados. E a nossa expectativa é que avancemos nesse processo, para a TV Brasil cristalizar o conceito de uma programação pública, que é conhecimento com entretenimento, e a formação do que se versa internamente do cidadão de primeira classe.

Um detalhe dessas séries que inauguramos: para se ter uma ideia, foram seis estreias infantis de desenhos animados produzidos no Brasil, originalmente brasileiros, na grade da TV Brasil hoje e, sem nenhum favor, produzem a melhor programação infantil da televisão brasileira.

Então, estamos muito animados e ao mesmo tempo muito lisonjeados.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos, então, agora, antes de dar continuidade à nossa pauta, dar a posse ao jornalista Guilherme Strozi, como membro representante dos trabalhadores da EBC no Conselho Curador, em substituição ao colega Laurindo Macedo.

O mandato encerrou-se em março e, após a condução do processo eleitoral, feito de maneira bastante transparente pela empresa, tranquila, gostaríamos de dar as boas-vindas ao Guilherme, dizer que é um prazer tê-lo aqui.

Achamos que a representação de funcionários da empresa em um Conselho como este é fundamental para a continuidade desse processo.

Por favor, pode se manifestar.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** –  
Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Sou Guilherme Strozi, trabalho na EBC desde 2006, entrei pelo último concurso da antiga Radiobrás, comecei a trabalhar na Rádio Nacional, entrei como editor da Rádio Nacional e, em 2008, com a criação da EBC, pedi para ser transferido para TV Brasil por uma série de questões pessoais, de sempre querer ter trabalhado em uma emissora pública de televisão.

Entrei como coordenador de produção, em 2008, e atualmente sou coordenador do quadro "Outro Olhar", que é o espaço de jornalismo participativo da TV Brasil, é o quadro onde qualquer pessoa da sociedade civil pode enviar o seu vídeo, feito por aparelho celular, com qualquer filmadora, dando a sua visão do que deve ser notícia. Eu edito esse material, avalio, junto com os editores da TV Brasil, se ele segue uma linha de comunicação pública da TV Brasil e exibimos dentro do nosso principal telejornal que é o "Repórter Brasil".

Queria agradecer a atuação do Lourival Macedo, nosso ex-representante dos funcionários aqui no Conselho pelo pioneirismo de representação dos funcionários da EBC em um Conselho como este. Penso que todos os trabalhadores devem agradecer a sua participação nesse período.

Gostaria de dizer que estou muito contente de estar participando do Conselho Curador em um momento em que este órgão mostra para a sociedade brasileira a importância que é tratar a comunicação pública de um país com qualidade. Penso que o Conselho Curador vem tomando suas últimas decisões em um sentido muito favorável, de plena aprovação da sociedade civil e dos funcionários da Casa.

Nas reuniões durante a campanha, nos últimos dias, foi muito bacana ver os funcionários conversando sobre o Conselho Curador, tentando saber de fato qual é o papel do Conselho Curador no País, dentro da empresa, lendo atas, entendendo melhor o que está acontecendo aqui dentro para poder participar de fato disso aqui.

E foi muito legal perceber, durante a campanha, que funcionários mais velhos da empresa e funcionários mais novos têm

percepções muito parecidas sobre as demandas que temos dentro da EBC e sobre as nossas conquistas.

Parei para pensar que o meu principal compromisso como representante dos trabalhadores neste Conselho tem que ser abrir canais de comunicação com os funcionários da EBC em relação ao conteúdo discutido aqui dentro do Conselho.

Acredito que devemos trazer as pessoas que estão ali na ponta, no fim da produção para o que é debatido aqui. E podemos oxigenar e trazer para a realidade mesmo as discussões que estão sendo colocadas aqui como pertinentes de mudanças dentro da empresa.

Penso que essa aproximação dos funcionários para o que é debatido aqui dentro cabe também, claro, a diversas outras instâncias da empresa, mas é um compromisso que coloco: abrir esses canais de comunicação para os funcionários entenderem o que acontece aqui e, principalmente, poderem participar do que acontece aqui, apresentarem demandas e, na verdade, levantarem os méritos da empresa até o momento.

Termino a minha apresentação, na verdade, levantando um tema polêmico por ter acontecido ontem e eu, por ser representante dos funcionários da EBC, não podia deixar de comentar nessa reunião.

Ontem, tivemos dois funcionários da Rádio Nacional demitidos porque colocaram no ar, na Rádio Nacional, no *pool*, um áudio errado do pronunciamento da Presidenta Dilma em relação ao 1º de maio. Reuni-me com os funcionários da rádio, conversei com eles para saber o que estava acontecendo, o clima estava muito tenso, muito triste. O pessoal montou um abaixo assinado, já há 200 assinaturas em relação ao que aconteceu, porque todos nós avaliamos que a decisão, a punição por demissão foi

demasiadamente radical, visto que os funcionários trabalham na empresa há muito tempo e nunca haviam cometido nenhum ato de deslisura, seja pessoal ou técnica.

Trago a discussão aqui para o Conselho Curador, porque debatendo, ontem à noite, chegamos a uma conclusão, na verdade, a uma conclusão não, foi levantado o fato de que num pronunciamento oficial da Presidenta da República, na TV, é bem dividida a missão pública da missão estatal, porque a NBR acaba tendo esse compromisso de divulgar o pronunciamento da Presidenta, e a TV Brasil, que cumpre o papel público, nesse sentido, não tem interferência na rádio. Na rádio, o operador que tem que colocar no ar esse pronunciamento da Presidenta é o mesmo operador que trabalha diretamente com o radiojornalismo público.

Então, na verdade, esse acúmulo de funções nesse sentido e, principalmente, esse acúmulo de missões para os funcionários da rádio, creio que tenha que ser considerado para entendermos melhor o que aconteceu.

Na verdade, trago ao Conselho, ao final da minha fala, o que aconteceu ontem e penso que temos que refletir acerca do que aconteceu para fazer com que a EBC preste cada vez mais um melhor serviço para toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada, Guilherme, seja bem-vindo.

Quero só dizer que há pouco mencionei Laurindo Macedo, erroneamente, deveria ser Lourival Macedo, mas peço desculpas.

Dado que você comentou sobre esse tema de ontem, a Tereza gostaria de se manifestar, mas peço que não polemize, esclareça, mas não polemize, pois temos que andar com a pauta.

Obrigada.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Penso que é preciso esclarecer.

Em primeiro lugar, eu já havia cumprimentado o Guilherme, reitero os meus cumprimentos e até acredito que é importante informar ao Conselho que fomos nós, a empresa, que conduzimos o processo eleitoral e mais uma vez de uma forma muito correta, o que precisa ser valorizado também.

Consegui, pela segunda vez, realizar uma eleição direta, pela *internet*, sem contestação, em dois turnos. Tivemos dez candidatos e, em algum momento, o debate se mostrou muito equivocado no sentido de trazer para cá, digamos, discussões de natureza sindical, corporativa, salarial, essas coisas assim que pertencem ao Conselho de Administração.

Lembrei a todos que a Presidenta Dilma recentemente assinou um decreto ou uma portaria interministerial pela qual todas as estatais vão ter um representante no Conselho de Administração para participar da gestão empresarial, defender os interesses dos empregados, essas coisas do ponto de vista administrativo.

A Presidenta Ima, ao longo da disputa eleitoral pela vaga que está sendo ocupada pelo Guilherme, que venceu a eleição em segundo turno – tivemos dez candidatos, três mais votados, um segundo turno entre ele e um outro candidato, e ele teve uma vitória indiscutível. A Presidenta Dilma, até tinha participado com ela dessa troca de impressões, e a Presidenta Ima se manifestou no seguinte

sentido: "Olha, essa vaga é para discutir a condição dos canais públicos, o que se trata, qual a função do Conselho Curador, etc." A Presidenta Ima fez uma mensagem muito clara aos concorrentes e aos empregados da EBC.

E eu só queria capitalizar essa parte de que, pela segunda vez, conduzimos uma eleição, e o mérito é da Diretoria Jurídica, que realizou esse processo juntamente com a área de tecnologia, agora a cargo do Nelson. Penso que é muito justo reconhecer o mérito também da condição do processo.

Agora, o que ele traz aqui não diz respeito a este Conselho. É preciso entender, Guilherme, que a EBC é uma empresa que tem um braço público, no qual ela gere canais públicos, sob a supervisão deste Conselho, que tem poderes muito claros, definidos em lei, sobre programação e direção editorial. Mas a EBC, também por lei, tem um braço de prestação de serviços ao governo, ou seja, um braço estatal. A EBC é assim, quem quiser que discuta a EBC, mas quem ler a Lei nº 11.652 verá que é assim, ela possui as duas atribuições. Por isso temos uma subsidiária chamada EBC Serviços, que é composta pela Diretoria de Serviços aqui ocupada pelo nosso companheiro José Roberto Garcez e representa esse braço estatal.

Foi lá que houve essa ocorrência, e não em um canal público. Por isso, penso que não pertence ao Conselho.

Mas, esclarecerei, tratou-se de uma falha gravíssima na prestação de um serviço contratado. Todos esses serviços são contratos da EBC. A EBC Serviços existe para cumprir essa determinação legal de atender ao Governo Federal por demanda e sob contrato e também para auferir receita prestando serviços a outros entes e para isso a lei dispensa os outros órgãos de fazer licitação. Quem quiser contratar a EBC pode, sem licitação. Em um

futuro, como já dissemos aqui, isso poderá trazer mais independência financeira para a comunicação pública.

Não se trata de transmitir programa da Presidenta, Guilherme, trata-se das cadeias obrigatórias do Presidente da República e dos Ministros de Estado e outras autoridades públicas, até porque o Presidente da Câmara já fez pronunciamento em cadeia, o Presidente do Senado também, o Presidente do Supremo já fez, sempre que for requisitada uma cadeia obrigatória, a EBC forma uma cadeia e a lidera, ou seja, disponibiliza o sinal.

No caso do governo, existe um contrato com a Secom. Está aqui a Ministra da Secom, que é a titular do contrato, ela nos contrata um serviço. Até porque o Governo abdicou da Radiobrás para formar a EBC.

Então, o governo, hoje, não tem uma operadora e contrata a EBC. E um dos serviços contratados é transmitir as cadeias obrigatórias, ou seja, uma empresa que tem um contrato para prestar um serviço coloca no ar um outro pronunciamento e isso não gera nenhuma punição e isso não tem que ser objeto de uma condução interna? Não é possível, isso é a desmoralização de uma empresa. Não foi o rádio, eles não são do rádio, Guilherme. Eles são profissionais da Diretoria de Suporte de Operações. E, como tal, essa diretoria, os técnicos de operação da EBC tanto prestam serviços para lá, para um canal público, como uma rádio nacional, como para fazer uma cadeia de rádio. Eles não são do canal público Rádio Nacional, eles são da Diretoria Técnica, Diretoria de Operações.

O fato de eles estarem lá fazendo operações de rádio público não quer dizer que eles são do rádio público. Do rádio público, de conteúdo, está aqui o Bráulio, está a Bara Régia, que andou aqui no Conselho, foi candidata a representante dos

empregados do Conselho e tem outras pessoas. Esses lidam com o conteúdo no rádio público; esses que foram demitidos, não.

A decisão de ter uma apuração foi minha, de toda a diretoria, naturalmente, agimos com absoluta coesão, mas a responsabilidade é minha. No sábado, nós apuramos o fato, já na sexta-feira o Gontijo – que estava aqui há pouco, pediu para sair porque está cheio de problemas operacionais e eu o dispensei –, e está o Diretor de Operações e eu disse que se esse assunto viesse à baila eu mesma trataria dele.

No sábado, apuramos tudo, como aconteceu, porque aconteceu e chegamos à conclusão de que houve falha em uma estrutura de comando que envolvia três pessoas, e ontem foram encaminhadas essas demissões.

São importantes porque respondem internamente, são importantes porque sinalizam, porque precisam quebrar certas rotinas de complacência, são importantes, são necessárias, aconteceriam em qualquer empresa privada ou pública que possui serviços a prestar.

Se o Conselho quiser informações outras posso fornecer, agora se trata disso, de uma ocorrência na prestação de serviços. Neste caso aqui, a nossa cliente é a ministra titular da Secom, que também poderá ou não falar. Mas esse episódio é da EBC, é da administração da EBC.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada pelos esclarecimentos.

Gostaria de parabenizar e agradecer à Diretora Executiva pela condução do processo de eleição, que certamente foi feito de

uma maneira bastante tranquila e isso deixou o Conselho também muito tranquilo com relação aos seus resultados.

Vamos passar à Ouvidoria. Então, peço ao Laurindo, que se despede hoje do Conselho, para que apresente o seu trabalho do último mês, o seu último relato.

**O SR. LAURINDO LEAL FILHO** (Ouvidor Geral) – Obrigado. Boa tarde.

O relatório do mês de março foi enviado pela Secretaria do Conselho a todos os senhores. Penso que não há porque eu me prender a ele; se houver alguma dúvida do que está escrito, estou às ordens para eventualmente responder.

Mas como é hoje a minha última participação, quero aproveitar esses poucos minutos para, não é para fazer um balanço, contar um pouquinho e dividir com os senhores essa experiência desses dois anos e meio, rapidamente. Claro que podemos e devemos aprofundar isso em outros momentos. Agora, nesse curto tempo que tenho, primeiro quero agradecer a confiança que foi depositada em mim pela Presidente Tereza Cruvinel, quando me convidou para essa missão que espero, dentro das minhas limitações, ter cumprido.

É importante destacar – penso que a Tereza já falou isso em sua intervenção inicial – que foi um período de aprendizagem. O Brasil não tem história de ouvidorias na radiodifusão, na mídia em geral. Existem três ouvidorias de mídia no Brasil: o Jornal “O Povo”, de Fortaleza, da Maria da Penha; a “Folha de S. Paulo” e a EBC.

Não temos um acúmulo de conhecimentos e de práticas sobre como deve funcionar a ouvidoria, então, fomos no ensaio e erro. E acredito que acertamos um pouco mais do que erramos.

Quando digo nós, falo da Ouvidoria e falo da direção da empresa, porque não é fácil, Regina, as pessoas aceitarem críticas, ninguém gosta de ser criticado. E a Ouvidoria, infelizmente, tem esse papel, quase que exclusivo, de levar – não é ela que critica –, aos gestores as críticas que vêm dos cidadãos.

E claro que no começo isso foi um pouco difícil. A minha querida Helena sabe bem disso, travamos alguns diálogos, mas sempre construtivos, fomos aperfeiçoando. Hoje, salvo um setor da empresa, tenho que dizer isso, nos demais há um retorno bastante eficiente. E isso faz com que o cidadão, ao ter as suas demandas respondidas, sintam-se respeitados e passem a respeitar ainda mais a empresa, não é a Ouvidoria, é a empresa. Temos inúmeros documentos de pessoas que escreveram agradecendo.

Então, esse processo foi de aprendizado. Hoje, isso flui. Penso que a Regina vai encontrar uma relação mais fluída com a direção. Quero ressaltar, trabalho no jornalismo, e praticamente não temos mais nenhuma pendência, salvo algumas coisas da agência, mas ainda são residuais, ou seja, as respostas são dadas.

O que quero dizer é que nós aprendemos com o cidadão. O cidadão nos ensinou, ao longo desses dois anos e meio, o olhar que ele tem sobre a TV pública, da radiodifusão pública, e ele também foi descobrindo a importância desse serviço para o País.

O que fica dessa experiência, para nós, é a clareza de que a sociedade brasileira necessita e deseja um serviço público de comunicação eficiente. Isso ficou claro, quer dizer, não há uma referência histórica forte no Brasil sobre o serviço, nós é que estamos levando esta informação nova: “Olha, há possibilidade de serviço público, você não precisa ficar preso só ao serviço comercial”. E, quando o cidadão descobre isso, ele tem três reações. Primeiro, ele fica surpreso, depois passa a acompanhar e o terceiro momento é de

crítica, porque ele exige, cada vez mais, um serviço cada vez mais eficiente.

Queria fazer uma menção rápida ao papel da agência, que, pelo fato de ter em seu *site* o endereço da Ouvidoria, é aquela que recebe o maior número de demandas dos cidadãos, que reclamam de linhas, de vírgulas, mas também reclamam de serviços, às vezes, ineficientes.

Queria dividir com o Conselho essa descoberta também da importância de uma agência nacional de notícias para o Brasil. A repercussão das matérias da agência nos órgãos de comunicação brasileiros é imensa, pelo Brasil todo. Daí a responsabilidade da prestação de um serviço eficiente de jornalismo público por meio da agência. Fato que, no mundo todo, ficou consagrado, desde o Século XIX, com as primeiras agências de notícias privadas, que depois passaram a concorrer com as agências públicas de vários países europeus.

Ficou clara para nós a importância de uma agência que não é nem governamental, nem estatal, porque o seu desdobramento vai muito além disso, ela é uma agência nacional, é uma agência da nação brasileira, que coloca a cara do Brasil para fora do Brasil. É uma agência global, quer dizer, está no mundo todo. É uma agência que tem uma potencialidade e uma importância para a nação brasileira, que às vezes, no dia-a-dia, não conseguimos ter essa dimensão.

Foi muito gratificante, também, o trabalho com o serviço de rádio. Tivemos um apoio muito grande para colocar, quase que já nos primeiros meses da nossa gestão, o programa "Rádio em Debate" no ar, nas emissoras de rádio, em todo o serviço de rádio, nas emissoras de rádio da EBC. Praticamente não tivemos nenhum problema com os gestores das emissoras de rádio, que não só nos

apoiaram, mas nos deram sempre respostas muito ágeis quando houve qualquer tipo de reclamação, qualquer tipo de demanda em relação ao serviço prestado.

É interessante. Também ficou claro para nós, nesse processo, como este País, que trata com tecnologias de ponta, o *twitter*, o *facebook*, a *internet*, convive paralelamente com a rádio, dialogando com os ouvintes por meio das cartas que são mandadas pelos povos ribeirinhos da Amazônia. Então, temos a carta e o *twitter* convivendo no rádio. Isso é muito importante.

Quer dizer, penso que outra questão que precisamos refletir bem é sobre o papel do rádio, aquele rádio tradicional, que persiste e convive com o rádio moderno por meio da *internet* e que vai para o mundo todo.

Um dos sentimentos um pouco de falta que percebi, ao longo desse processo é que, infelizmente, não temos as rádios da EBC abertas para o Brasil todo. Mas isso é uma história que vem da Radiobrás, e temos a Rádio Nacional do Rio com aquela presença muito forte, a Rádio Nacional de Brasília, mas não temos, por exemplo, rádios nacionais em São Paulo, enfim. Mas acho que isso, com os serviços de rede, etc., talvez seja algo para o futuro da rádio.

Quero agradecer muito, também, ao serviço de atendimento ao ouvinte da rádio que funciona no Rio de Janeiro, que municiou a Ouvidoria ao longo desses anos. É um serviço que funciona muito bem e com o qual trabalhamos ao longo desses anos. E eles recebem lá, diretamente, algumas demandas que, às vezes, não chegam diretamente para a Ouvidoria.

E, finalmente, com relação à televisão, é aquilo que eu disse antes: o telespectador reconhece a importância, gosta do que vê, mas exige mais. E os senhores podem perceber, nesse último relatório, que a maior parte das demandas em relação à TV, hoje, já

não é mais em relação ao conteúdo, mas em relação à dificuldade, em alguns lugares, de acesso ao sinal da emissora. O que prova que as pessoas gostam do conteúdo e que querem vê-lo com qualidade, querem ter acesso mais fácil a ele.

Acredito que essa é uma questão central. Não vou fazer, aqui, uma análise, pois não cabe à Ouvidoria, agora, nesses anos de relação da televisão com o público, mas acho que conseguimos, aos poucos, mostrar, e o público percebeu, que a televisão, a TV Brasil, onde ela pega bem, é uma grande e importante alternativa às emissoras comerciais. E isso está registrado nos *e-mails* que nos chegam desses lugares onde o sinal chega bem. Especialmente na faixa de programação infantil, são dezenas ou centenas de mães e pais que agradecem à TV Brasil por essa faixa de programação infantil que é uma possibilidade, uma alternativa concreta de qualidade em relação à televisão comercial.

Por fim, quero fazer alguns agradecimentos às pessoas com quem convivi como Ouvidor. Estive aqui no começo, Presidente, explicando que a Ouvidoria era um lugar de conteúdo e não era uma Ouvidoria que devesse ter uma atenção a problemas administrativos, mas, aos poucos, fomos mostrando isso aos funcionários, aos servidores da EBC, qual era esse papel e esse contato.

Acho que temos, na Casa, servidores exemplares, que têm consciência do que é a radiodifusão, do serviço de radiodifusão pública, pessoas que vão do Gervásio Batista, que deve ter uns oitenta e poucos anos, fotógrafo da Manchete, até esse brilhante rapaz que assumiu aqui hoje, Guilherme Strozi. São faixas etárias diferentes, mas muito comprometidas com o serviço público de radiodifusão.

Quero agradecer aos meus ouvidores-adjuntos, que deram inestimável colaboração: Paulo Machado, na Ouvidoria-adjunta

da agência; Fernando Paulino, na Ouvidoria-adjunta de rádio; Maria Luísa Busse, na Ouvidoria-adjunta de TV; a brava equipe da Ouvidoria que produz esses relatórios bastante cuidadosos, faz esses relatórios quantitativos bastante cuidadosos, dá encaminhamento a esses processos, manda diariamente para mim as mensagens que chegam dos cidadãos, a equipe que tem a Carol Farah, David, Tiago, Ana e Luzia, pois sem eles eu não teria conseguido produzir esse trabalho que entreguei aqui ao Conselho, a quem devo um agradecimento final, por terem, desde o início dos nossos trabalhos, dado total apoio e, mais do que isso, um reconhecimento a esse trabalho e um encaminhamento a esse trabalho.

Nunca tivemos demandas que não fossem cuidadosamente lidas, muitas delas comentadas, discutidas pelo Conselho e algumas delas encaminhadas, como foi o caso, talvez o mais emblemático, da discussão a respeito dos programas religiosos na grade da TV e da rádio, cuja discussão foi aberta para os cidadãos que se dirigiram à Ouvidoria, percebendo que esse seria um canal para levar essa discussão ao Conselho, e o Conselho assumiu esse debate com muita seriedade e competência.

E, finalmente, desejar à Regina boa sorte.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – A Ministra Helena quer dar uma palavra.

**CONSELHEIRA HELENA CHAGAS** (Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação) – Quero homenagear o Lalo aqui, não como Ministra, mas como ex-funcionária, dirigente do

jornalismo da Casa, contar um pouco da nossa experiência, da nossa convivência.

Estávamos ali criando um novo departamento de jornalismo e jornalismo público, e nós, jornalistas, tendemos a ser muito reativos às críticas, até um pouco arrogantes de vez em quando, não gostamos de ser criticados, não gostamos de ver o nosso trabalho criticado porque o nosso trabalho dá muito trabalho para fazer, então, é muito esforço. E algumas críticas são realmente muito injustas.

Estou aqui falando para a Nereide, que está lá hoje, e sentimos muito isso, mas foi uma experiência interessantíssima ter o Lalo como Ouvidor, porque isso nos ensinou a fazer autocrítica, a ter mais humildade e nos apontou um caminho que penso ser irreversível.

Agora mesmo eu estava vendo aqui na *internet*: o Senador Pedro Simon está propondo a criação de um *ombudsman*, lá interno, para os veículos de comunicação do Senado. Quer dizer, é algo tão inexorável que todos os veículos públicos e privados terão que ter os seus *ombudsman*, os seus ouvidores, enfim, as pessoas que façam a crítica interna e que tragam da sociedade, tragam dos ouvintes, dos expectadores, dos leitores, as demandas que eles têm.

Então, faço a minha homenagem a ele como ex-funcionária, não só pelo período que convivemos, mas acredito que faço em nome de boa parte das pessoas que trabalham no jornalismo, que todo dia de manhã abrem o *e-mail* e dizem "ai, que saco, oh, meu Deus, vou ter que responder isso", mas que é tudo, pois trabalhamos para a sociedade, fazemos jornalismo público, e acho que isso foi fundamental para a qualidade do trabalho que é feito, sobretudo na área de jornalismo.

Agradeço muito, desejo-lhe boa sorte e dou boas-vindas à Regina, que é uma companheira também da Funtelpa, onde, enfim, fez um trabalho maravilhoso, e tenho certeza também vai agregar muito para nós.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Eu, como uma ex-diretora de uma instituição de pesquisa, sempre tive uma relação com o ouvidor muito tensa, o ouvidor era muito estressado, lá em Belém, no Museu Goeldi, e aqui vi um ouvidor muito leve, uma pessoa muito tranquila que trazia ao Conselho os problemas, as reclamações, mas também trouxe, a meu ver, três significativas contribuições do ouvidor.

Uma, a divisão das câmaras temáticas; essa contribuição foi trazida pelo ouvidor, trazendo questões, como ele já citou, dos programas religiosos, que foram tema não só de audiência pública, mas de resolução, e temas específicos outros, além da programação religiosa para a discussão profunda e resolução do Conselho.

Então, penso que foi uma contribuição muito grande dada pelo ouvidor. Gostaria de agradecer, em nome de todos os Conselheiros, a sua participação. Espero que você continue com o seu programa, mas contribuindo sempre para este Conselho. Somos muito gratos pela sua participação. Obrigada.

Não sei se mais alguém quer se manifestar, se despedir rapidamente.

Por favor, Paulo.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Só gostaria de dizer que agradeço ao Lalo, porque aprendi muito com ele aqui e um dos meus prazeres, lá no interior de Santa Catarina, era ler justamente os relatórios da Ouvidoria, que norteavam muito o meu trabalho e esclareceram-me sobre muitas coisas.

Então, pessoalmente, também penso que ele foi uma pessoa indispensável aqui e desejo que a sua sucessora também tenha o mesmo êxito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Então, aguardamos a Regina, que está aqui atrás.

Regina Lima, então, na próxima reunião, você já toma posse. E já, de imediato, damos as boas-vindas a ela, que com certeza contribuirá da mesma forma que Lalo a este Conselho.

O próximo ponto é sobre o Manual de Jornalismo. Todos sabem que tivemos uma resolução instituindo uma comissão, que já iniciou os trabalhos de condução da construção do Manual de Jornalismo e, para dar os informes sobre a atuação da comissão e como está o andamento do trabalho, peço que a Diretora Nereide nos faça esse relato.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – Boa tarde a todos e a todas. Quanto ao Lalo, vai ser bom porque vamos continuar trabalhando juntos, não é Lalo? Por causa do Programa “Ver TV”, que é da Diretoria de Jornalismo.

O Diogo pediu que eu fizesse um relato muito curto, seria somente a informação do que está acontecendo com a comissão. A Tereza nomeou uma comissão de jornalistas, temos uma comissão

bem ampla, com a participação da TV Brasil, da Agência Brasil, da Superintendência de Rádio, de Radiojornalismo, da Diretoria de Serviços aqui em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Primeiro, para sistematizar o manual, contratamos o Antônio Aquiles, que está ali. Penso que muita gente já o conhece, ele é um jornalista especializado em comunicação pública, foi Presidente da ABPEC, da Rede Minas e tem muita experiência também em TV, trabalhou em várias TVs e rádios do setor privado. Ele vai nos ajudar a fazer esse trabalho.

Temos um prazo curto, são seis meses, então, estamos fazendo um cronograma para tentar concluir o trabalho, a questão do conteúdo, em quatro meses, porque depois ainda temos a finalização e a editoração do material.

Começamos os trabalhos na semana passada. Fizemos uma reunião por teleconferência com a participação do Rio de Janeiro e São Paulo, como eu já disse, e, como primeira etapa desse trabalho, estamos fazendo um levantamento de todos os manuais das TVs públicas nacionais, internacionais e de algumas empresas privadas que praticam o bom jornalismo, para termos uma base de conteúdo. Claro que temos como base principal o Manual da Radiobrás, mas para termos um conteúdo já de partida para iniciarmos as nossas discussões.

Amanhã, aproveitando a presença do Andrew Puddephatt, que está aqui no Brasil, veio participar de um seminário promovido pela Secom e pela UNESCO, que aconteceu hoje pela manhã, em comemoração ao Dia da Liberdade de Imprensa. Ele vai ter um encontro conosco amanhã, pela manhã, e vai ser ótimo porque ele é um estudioso da questão da regulação do jornalismo e tem uma pesquisa sobre a PBS, que é a TV pública americana. Então, já é uma outra etapa do nosso trabalho.

Depois, pretendemos promover, quando concluirmos esse esboço, um debate interno com as redações da TV Brasil, da Agência Brasil, da Rádio de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, colhendo sugestões de todos os funcionários que estão trabalhando lá, no chão da fábrica, com o jornalismo. E pretendemos providenciar a criação de uma área na página da EBC, um fórum de debates, para termos a participação da *internet* em alguns temas que vamos colocar para discussão. Sei que o Conselho vai participar bastante de nossas reuniões, mas, além do Conselho, para termos a participação da população também.

No dia 30 de junho e 1º de julho, a Tereza negociou com a UNESCO, e vamos conseguir fazer um seminário internacional, que era a proposta original de promovermos também um debate, pois, além da regulação, serão discutidas também outras questões de financiamento, outras questões relacionadas à comunicação pública.

E, quanto ao prazo, estamos pensando em concluir até o final de julho, ter o conteúdo pronto para essa fase de finalização e editoração.

Só queria reforçar que, além da questão do manual tradicional dos veículos que temos, estamos querendo também discutir no manual, aproveitar que estamos fazendo o manual, discutir bastante a questão do futuro da comunicação, ter uma discussão também em cima da questão da convergência de mídia, de rede social, entrarmos um pouco já nessa questão para evoluirmos um pouco nesse material que achamos que vamos encontrar.

Penso que é isto: em quatro meses pretendemos estar com o conteúdo pronto e, nos dois últimos meses, porque temos um prazo de seis meses, estar com o material impresso e disponível para todo mundo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada.

Alguma questão?

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Só uma questão, só para aproveitar e dar um esclarecimento, complementando a Nereide.

O seminário internacional era uma proposta do Conselho: que realizássemos, até junho, um seminário internacional com especialistas.

O Conselho sabe que estamos com imensas dificuldades, sobretudo na área de movimentação de pessoas, passagens. Existe um decreto da Presidenta Dilma que é rigoroso, é para todo o setor público, no sentido de baixar o gasto do governo com passagens. E o seminário internacional envolve tudo isso.

Por isso tomamos a liberdade, quando o representante da UNESCO nos propôs parceria para um seminário internacional sobre mídias públicas de forma geral, consultamos a Presidente, o Diogo e tal sobre a proposta de casar esses dois compromissos, o nosso, com o Conselho, de realizar o seminário internacional e a UNESCO aceitou. Ela bancará boa parte dos custos, inclusive o transporte, a vinda de especialistas internacionais e nós entraremos mais com logística, o que já temos, como este local, como transmissão, em suma, coisas mais fáceis de providenciar, usando nossa própria estrutura.

Então, o seminário está marcado, talvez seja importante incorporarmos, Presidenta, uma pessoa, talvez a Anna, que está aqui perto e muito envolvida, para formatarmos o seminário, o formato dele propriamente, seus painéis, definindo participantes etc. Teremos

vários temas relacionados com a comunicação pública e que são de interesse do Conselho e um, especificamente, sobre o Manual de Jornalismo.

Hoje, há pouco, houve o evento celebrando o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que foi aberto pela Ministra Helena, pelo Ministro Chanceler Patriota, um evento com a UNESCO também, mas com a Secom e o Itamaraty, e dele participou esse especialista em autorregulação, Andrew Puddephatt, que tomamos a liberdade de chamar para uma conversa amanhã, mais com a EBC, com os representantes do Conselho que quiserem vir e as pessoas que estão envolvidas, a comissão que criamos, o grupo de trabalho para o Manual de Redação.

Esse encontro, que é amanhã cedo, como todos estão informados, para os que quiserem ficar aqui nessa sala, é um café com ele, que pode ser uma pessoa que pode trazer uma contribuição importante para esse trabalho.

Outro problema, antes que alguém levante, ele levantou o da demissão, relacionado com o Conselho: tivemos um problema, Lalo, que foi um *twitter* de natureza político-partidária. Já sei que algum Conselheiro levantaria isso aqui, então já vou dar logo o esclarecimento.

Houve uma "tuitada" tratando de um assunto absolutamente estranho que é a carteira de habilitação do Senador Aécio Neves. E nós, também muito rapidamente, tomamos providências, apuramos, foi um episódio desagradável. Eu não acreditava que pudesse ser dentro da TV Brasil. Eu poderia jurar que aquilo era um *hacker*, que não era de dentro da TV Brasil, e era. Houve uma explicação do funcionário: ele usou a ferramenta errada, pensou que estava postando em um e postou em outro, em suma,

ele não é funcionário da EBC diretamente, é da ACERP, mas também foi outro caso de demissão.

Ocorreu lá no Rio de Janeiro, foi um episódio muito grave. Desatenção? Veiculou errado? O mesmo erro em que se veiculou errado um pronunciamento da Presidenta Dilma é o mesmo que “tuitou” na ferramenta errada.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI –**

Eu só disse, no primeiro caso, porque é uma questão extremamente...

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora

Presidente) – Não me interrompa.

Por favor, Presidenta.

Não estou dizendo que é a mesma coisa, estou dizendo que a desatenção, quando é danosa à empresa, seja no braço público ou no braço privado, precisa ser corrigida, é preciso tomar providências e foi isso que nos fizemos.

Obrigada, Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Vamos dar continuidade.

Por favor, Paulo.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI –** Sobre

o Manual de Jornalismo, gostaria de sugerir, desde já, que se

examinasse a possibilidade, depois de ele pronto, de vir a publicá-lo e até colocá-lo para conhecimento do público em geral, da nação toda, nas livrarias, nas faculdades. Assim como outros grandes órgãos fizeram, no caso do Manual de Jornalismo do Estadão, da Folha, também colocássemos o nosso à disposição, principalmente dos estudantes de jornalismo que proliferam pelas faculdades de jornalismo do Brasil todo e, também, do público em geral.

Era isso.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – A ideia era essa mesmo, por isso que até estávamos reduzindo o prazo um pouco, porque tem um tempo exatamente para editar o manual, mas a intenção é colocar na *internet* e fazer uma publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Bom, obrigada, Nereide.

Vamos, então, antes do café, ter uma apresentação da Professora Iluska Coutinho, que é da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Todos sabem que o Conselho, por meio da EBC, firmou um convênio no ano passado com essa Universidade para avaliação dos telejornais da TV Brasil.

A Câmara de jornalismo tem acompanhado todo o processo e estamos chegando ao final de um convênio. E, embora não tenha terminado, o trabalho não está concluído, pensamos que, nesse momento de reflexão, seria importante uma apresentação preliminar dos resultados da avaliação. Não que nós tenhamos de deliberar imediatamente sobre alguma coisa, mas o Conselho precisa

criar um ambiente para essa discussão, um debate em torno do jornalismo da empresa.

Então, a Professora Iluska, que é a coordenadora da avaliação, vai nos apresentar, em trinta ou quarenta minutos, os seus resultados iniciais e, depois, provavelmente depois do café, teremos então oportunidade de comentários, perguntas, esclarecimentos por parte dos Conselheiros.

Esse é o nosso último ponto de pauta. Depois só temos de decidir sobre a próxima reunião do Conselho e outros assuntos que tiverem ou forem pertinentes.

Professora Iluska, por favor.

**A SRA. ILUSKA COUTINHO** (Universidade Federal de Juiz de Fora) – Boa tarde.

Quero falar um pouco sobre a proposta do trabalho, que, de maneira geral, primeiramente, foi traçar um diagnóstico do telejornalismo que era feito na TV Brasil.

Tivemos encontros, em fevereiro, com a Câmara, que nos pediu que fôssemos um pouco mais propositivos em nossa avaliação diagnóstica. Não se trata de trazermos, até porque ainda está em processo, nenhum indicativo de uma proposição efetivamente de mudança, mas um olhar de um outro campo, de um fazer mais reflexivo também sobre o telejornalismo.

Primeiro, começamos a fazer um levantamento sobre o que seria o telejornalismo de qualidade. Entendemos que o telejornalismo de qualidade, se considerarmos um país como o Brasil, em que a televisão é quase que a forma de acesso preferencial da população, a informação deve ser parte da conversação cotidiana e

deve oferecer elementos também de autonomização dos sujeitos. Isso em termos mais gerais. Do telejornalismo de maneira geral.

Normalmente, quando falamos de análise do telejornal, o senso comum, e mesmo a comparação com relação aos outros meios jornalísticos, do que é feito nos outros meios de comunicação, acaba colocando uma questão de relação de forma e conteúdo, chamando a atenção para os aspectos estéticos do telejornalismo, quase sempre como uma opção em detrimento do conteúdo.

Acreditamos que, para fazer uma análise da qualidade do telejornalismo, deveríamos avançar para além desta distinção forma e conteúdo e tentar pensar em categorias do telejornalismo propriamente dito.

Nesse sentido, pensamos em um modelo de análise que fugisse daquela lógica também de mercado, pensando na avaliação do telejornalismo na emissora pública de TV.

Partimos, então, de categorias preliminares. Primeiro, tematização: quais são os temas colocados em debate, diversidade, considerando diversidade tanto quanto a produção, se ele é um telejornal nacional, também tem uma produção diversa? Ele é representativo do país, para ser veiculado nacionalmente em uma TV como a TV Brasil? Só para darmos também o nome dos telejornais que são referência: "Repórter Brasil".

E mesmo a diversidade no acesso ao direito de voz.

Finalmente, quais são os modos de contar essa notícia? Os modos mais adequados, especialmente essa mídia, televisão, quais são.

Partindo desse parâmetro que seria qualidade para o telejornalismo de maneira geral, pensamos um pouco no telejornalismo público. Qual seria esse diferencial do telejornalismo

público? Seria possível pensar em um novo modelo de telejornalismo, partindo, por exemplo, dos pressupostos da EBC e da TV Brasil?

Então, vamos procurar, nos primeiros documentos norteadores, o que se propõe à emissora: ofertas de conteúdos voltados para o cidadão e para as comunidades para que garanta a melhor compreensão da comunidade com o grupo social, o estilo e autonomização dos sujeitos, a perspectiva de veiculação de explicações aprofundadas sobre sistemas políticos e fiscais, sistemas que governam as nossas vidas, e a difusão de notícias de interesse público, observada a isenção e a pluralidade de opiniões.

E começamos a construir as categorias de avaliação. Estamos em contato com o material da EBC desde o dia 15 de junho de 2010. Nesse primeiro mês, fizemos o que chamamos de leitura flutuante, definindo melhor as categorias, porque também foi um mês de cobertura atípica, por conta da Copa do Mundo de 2010, constituindo-se uma irregularidade no telejornal da emissora. Resolvemos desconsiderar, mas utilizar esse período para estabelecer os parâmetros e variáveis de análise.

Buscamos construir algumas categorias de conteúdo e de construção audiovisual para ver de que maneira correriam o atendimento dessas premissas, especialmente quanto à isenção de pluralidade de opiniões.

Estabelecemos como categorias: balanço e equilíbrio na seleção temática e geográfica do noticiário, análise da linguagem e da estrutura narrativa utilizadas. Nesse primeiro momento, que é uma análise mais quantitativa diagnóstica, focamos especialmente nos formatos, quais formatos audiovisuais são utilizados preferencialmente na emissora, qual o enquadramento e angulação das notícias.

E fizemos isso a partir da caracterização das fontes, quem são as fontes que mais falam e como falam nos telejornais, como é que elas se inserem, como é a presença do governo e de partidos nos programas analisados. Lembrando que, nesse período, também temos o período eleitoral, no segundo semestre de 2010.

E o tempo de duração das matérias veiculadas *versus* profundidade e relatos. Isso é uma das críticas que costuma ser muito recorrente: de que a televisão não tem tempo para aprofundar-se, então, como é que seria essa relação no caso da TV Brasil?

A primeira análise foi o quadro quantitativo e pegamos três telejornais na TV Brasil, "Jornal Visual", que é um programa que tem um perfil de prestação de serviços, apresentando uma perspectiva inclusiva como promessa, mas que, na concretização, fica limitada ao uso da língua de sinais.

No segundo semestre do ano passado, inclusive em termos estéticos, era bastante problemática essa perspectiva, graficamente não ficava bastante visível. Já percebemos, neste ano, um desenvolvimento quanto a esse sentido, houve uma mudança com relação ao tamanho da tela, da tradução em libras e o um deslocamento em termos de diagonal, fica um pouco mais na diagonal, já possibilita uma melhor utilização. Mas ainda acho que é um aspecto que pode ser melhorado.

Por outro lado, temos uma ausência de produção de conteúdos específicos que abordem a temática relativa aos portadores de deficiência, embora não quiséssemos dizer com isso que devemos tratar também só de temática de portadores de deficiência, porque poderíamos cair em outro risco excessivo. Mas temos uma proposta de atendimento desse tipo de público, especialmente porque também não tornar esse público fonte, por exemplo, em matérias de temática mais geral, de política.

Aliás, a ausência da política desse telejornal é algo que merece nota. Percebemos essa ausência de conteúdo porque quase sempre esse jornal é um jornal de reaproveitamento de matérias do "Repórter Brasil". E aí, nesse caso, com atraso no que se refere à veiculação, o que acaba fazendo com que esse jornal seja um jornal meio revista só, não só, mas especialmente com matérias frias.

De outra maneira, se os portadores de deficiência acompanharem o telejornal para se informarem sobre o que está acontecendo no cotidiano, eles vão ter uma certa dificuldade porque existe esse atraso.

Há uma presença significativa de conteúdos relacionados à educação também, que vai dialogar com essa perspectiva inclusiva e maior distribuição do que nos outros veículos, no que se refere à distribuição de material veiculado, a origem é mais diversa. Há uma inserção de vídeo sobre a linguagem de sinais para além dos quadros, que é um aspecto que merece destaque. E agora temos um outro quadro sobre informática, que é um quadro diferenciado.

Apresentamos, nesse primeiro momento, como sugestão, a possibilidade de melhor utilização dos recursos estéticos na hora de fazer a tradução.

E temos alguma divisão de formatos: o VT é o formato mais utilizado, os vídeos correspondem aos quadros, traduzido em libras, explicando libras, temos comentários, nota vivo e nota coberta, mas quase sempre uma preferência pelo formato de VT, o que se explica, também, por conta da necessidade de tradução.

A origem da produção está bastante distribuída entre Brasília, Belo Horizonte tem uma participação importante, Rio de Janeiro e os outros Estados têm também uma participação significativa.

As temáticas vão privilegiar basicamente a questão de cotidiano e de educação, e percebemos uma ausência da política como temática no “Jornal Visual”, o que pode ser alguma coisa complicada no que diz respeito a uma certa despolitização.

Depois, vamos entender um pouco mais dessa questão da ausência de política no “Jornal Visual” como resultado também do aproveitamento que é feito dos outros telejornais.

Qual é a política que aparece em outros telejornais? Em geral, costuma ser uma política mais vinculada à agenda, acompanhamento do que está acontecendo no cotidiano. Esse material é basicamente reaproveitamento de outros telejornais, claro que há exceções, mas existe de fato uma dificuldade de encaixar a temática política no telejornal “Visual”.

Temos os falantes que são as pessoas com mais direito a voz. Pegamos primeiro em termos numéricos: quarenta e cinco por cento dos falantes são os populares, é o cidadão comum, mas ele vai falar, quase sempre, para reforçar uma informação que já foi veiculada, já foi dada pelo repórter ou pela fonte. O exemplo é o personagem da notícia em busca de uma identificação com o público.

Em termos de tempo de fala, porém, os populares falam bem menos que os especialistas, que são outras fontes que aparecem bastante nesse telejornal, o que vai reforçar esse viés de educação como prioritário.

A presença do governo: aqui, não analisamos em termos quantitativos, mas ele aparece pouco em relação aos outros telejornais. Mas o que tentamos observar é que, quando ele aparece, de que forma aparece o Governo Federal, particularmente? Na maioria das vezes, o enfoque é neutro; temos também um enfoque entre neutro e positivo e apenas 5% dos casos com um enfoque mais

negativo do telejornal. De novo, são políticas mais gerais, mas são políticas que, *stricto sensu*, estão ausentes desse...

No "Repórter Brasil Manhã", vemos uma presença significativa de conteúdos relacionados à política e agenda do governo e do Legislativo. E, também por isso, existe uma origem da produção concentrada em Brasília e também é aqui em Brasília que está a apresentação do "Repórter Brasil Manhã".

No "Repórter Brasil Noite", vamos falar depois, pois há uma divisão de apresentação.

Nesse programa em que você tem uma agenda mais política, existem baixas possibilidades de inserção do cidadão como forma de participar. Em termos audiovisuais, existe um certo conservadorismo, há uma opção quase preferencial para o modelo do *stand up*, mais entrevista. As matérias têm um longo tempo de duração, em algumas vezes um ritmo quase incompatível com o telejornalismo, porque elas poderiam ser longas e utilizar de outros recursos, mas como há uma repetição quase do formato do *stand up*, muitas vezes sem o aprofundamento, sem que aquela conversa com a fonte se revele como possibilidade de ter informações novas, diferenciadas, acaba se aproximando de um estilo mais radiofônico.

No "Repórter Brasil Manhã", temos uma pluralidade dos partidos com direito à representação, uma presença constante do governo quanto aos personagens das matérias com viés, quase sempre, positivo.

É um programa da TV Brasil com mais problemas técnicos, notadamente temos extensão de créditos e problemas de áudio, a grande variação do áudio, há matérias que têm o áudio mais baixo, têm matérias em que o áudio é mais alto.

A apresentação do programa busca uma intimidade com o interlocutor. O apresentador entra e se movimenta no estúdio, mas penso que isso precisaria ser melhor dosado, porque aparenta uma certa artificialidade.

No "Repórter Brasil Noite", diferentemente do "Repórter Brasil Manhã", você tem um uso mais plural de recursos audiovisuais com utilização de diferentes formatos.

Há dois quadros que se constituem em um referencial importante, o "RB Explica" e "Outro Olhar", que se aproximam dessa proposta de um jornalismo público no sentido de autonomização do cidadão, do oferecimento de alternativas. No caso do "RB Explica", falamos um pouco mais sobre esse quadro, fazemos uma análise um pouco mais qualitativa, seria interessante investir em outros formatos audiovisuais para tratar o "RB Explica".

O "Repórter Brasil Explica" trata-se basicamente de uma nota coberta com arte para explicar um conceito, um tema ou um funcionamento de uma instituição, o que é interessante, especialmente no que diz respeito à formação do indivíduo, mas que talvez pudesse ser tornado mais atraente em termos audiovisuais.

O quadro "Outro Olhar": outro dia, nosso grupo de pesquisa estava estudando e comentamos que andava meio sumido e que talvez devesse ser mais regular a sua presença, não há marcação desse dia que tem na semana.

A apresentação em rede do "Repórter Brasil Noite" tem entradas de apresentadores, ao vivo, do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. É uma opção interessante, mas que precisa ser melhor trabalhada em termos de paginação do programa, sob o risco de causar uma certa confusão no telespectador.

O telespectador que assiste à escalada do telejornal consegue saber quem fala de onde, só esse, mas ao longo do telejornal isso não é reforçado. Conseguimos perceber que algumas matérias de São Paulo são apresentadas pelo Florestan, mas isso não é uma regra sempre. Há uma maior descentralização quanto à origem de produções das matérias quanto ao "RB Manhã", inclusive com entradas internacionais, nesse caso muito por notas cobertas de material de agência.

A incorporação de material das associadas, contudo, representa um diálogo com dois tipos de cobertura: temos uma cobertura que é marcadamente nacional, especialmente quando ela é de origem de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, e uma cobertura que é local. Temos diferença com relação ao tipo de abordagem, o que não é um problema, pode ser uma opção da EBC de trabalhar com esses dois tipos de cobertura, mas acho que precisaria ser melhor trabalhado, talvez no encadeamento das matérias, na paginação, no texto do apresentador, porque nem sempre a informação que funciona no local, no nacional, é suficiente.

Estava conversando hoje pela manhã com integrantes da Câmara, dizendo que, por exemplo, se estou fazendo uma matéria aqui no Distrito Federal e falo de Sobradinho, não preciso localizar onde fica Sobradinho; se é, entretanto, um telejornal nacional, preciso significar para as pessoas o que quer dizer Sobradinho, em termos mais gerais.

Há uma diversidade temática e com forte tom factual, o que é uma vantagem, mas, por outro lado também, pode ser uma desvantagem, porque esse forte tom factual não necessariamente se concretiza em um aprofundamento do que se esperava nesse telejornal público. Então, busca-se, talvez, por estar cobrindo tudo o que a mídia comercial está cobrindo, mas por outro lado, pode

revelar uma fragilidade mais adiante. Há uma pluralidade de falantes também com destaque para os *experts*.

Agora temos umas sugestões mais gerais nesse primeiro momento de diagnóstico: na elaboração das pautas, seria interessante buscar a diferenciação por meio de uma seleção temática, sintonizada com o interesse público e que valorizasse menos as agendas oficial e comercial, a manutenção da independência política, com uma maior pluralidade de fontes.

Na apuração e construção das notícias, o estabelecimento de novas estruturas e formas de abordagem que destaquem as relações entre os aspectos locais, nacionais e globais com reforço na perspectiva de promoção da cidadania, com abertura de espaço para novas vozes e outros olhares.

Nesse primeiro momento foi que percebemos que havia uma independência política, mas de certa maneira um medo de tratamento da política, talvez para uma tentativa de saber qual que é a identidade da emissora, não sou uma emissora estatal. Há uma espécie de apagamento da política nos telejornais da emissora. E quando é feita, muitas vezes é feita de uma maneira protocolar, ou seja, preciso ouvir essa fonte política, sem o confronto que talvez fosse necessário, o debate talvez fosse interessante.

E avançamos para uma análise mais... temos os formatos, a origem de produção. Tenho que correr um pouquinho. Depois esse material vai ficar disponível para vocês.

Investimos em uma análise mais qualitativa, tentando observar quatro aspectos ou eixos fundamentais. As fontes de representação, ou seja, como é o direito à comunicação nesses três telejornais, como poderíamos fazer uma análise dos componentes visuais, os elementos cênicos, a questão da oralidade, da inserção em

cena de repórteres e apresentadores e a própria edição dos telejornais, considerando o direito à informação do público.

Observamos vários aspectos – vou correr um pouquinho. Então, por exemplo, quando analisamos o aspecto do direito à voz, observamos qual a tipificação dessas fontes, como é que elas aparecem, qual é o tempo de fala, qual é a potencialidade informativa, ou seja, essas fontes falam para de fato dar uma informação ou elas repetem uma fala do repórter?

Então, percebemos, em termos de conclusão, no caso de fontes, que em termos quantitativos, quanto ao número de fontes dos três telejornais, o grupo mais presente é o de populares, seguidos pelos especialistas e os *experts*, mais as representações das sociedades. Além disso, outra coisa que chama a atenção é como a sociedade civil organizada, ou seja, sindicatos, associações é bastante tímida em termos numéricos e também em tempo de fala.

Os integrantes do governo quando participam das narrativas o fazem de uma maneira protocolar. Não politizam a temática, mas dão resposta a uma questão mais genérica ou apresentam o tema. Consideramos que isso representaria uma espécie de busca de apagamento da dimensão política, nesses telejornais.

Apesar de ser numericamente superior, portanto, os populares, o tempo de cidadania eletrônica é limitado. Em média, o tempo de edição das vozes dos especialistas é quatro vezes superior ao dos populares. O tempo médio que consideramos foi 21 segundos de fala dos *experts* contra 6 segundos de fala do cidadão comum.

Importante dizer que o número de cidadãos comuns falantes é potencializado pela existência de um quadro de “Povo fala” no “RB Noite”, em que, ao final de cada bloco, pessoas nas ruas, na maioria das vezes, falam sobre um tema ou questão geral.

Essas entrevistas sonoras têm reduzida potencialidade informativa, pouquíssimas vezes você tem a apresentação de informação nova nas vozes de fontes que, em geral, vão apenas confirmar para legitimar o relato dos repórteres.

Não se percebe uma busca mais direta de uma identificação entre populares e o telespectador e, apesar, de haver uma adequada exibição das fontes que se referem a balanço e equilíbrio da sociedade representada, há pouco investimento no confronto entre diferentes pontos de vista. É como se aquela regrinha de ouvir os dois lados fosse cumprida, mas não fosse feito investimento além disso.

Há um cumprimento das premissas de isenção, mas há a ausência de investimentos na articulação de vozes mais plurais como forma de investir no aprofundamento da matéria. E, assim, defendemos que haveria um mau aproveitamento da perspectiva de jornalismo público no sentido daquele que enfrenta de fato os problemas.

Além disso, algumas vezes, há problemas quanto à adequação das fontes ao tipo de pauta coberta. Nem sempre a fonte é mais indicada para tratar daquele assunto. Nesse caso, questionamos se a seleção seria motivada pela disponibilidade da fonte, maior disponibilidade da fonte ou não, o que, talvez, indique uma necessidade de maior investimento na produção das matérias.

No caso dos componentes visuais, há problemas recorrentes quanto à qualidade de imagem, especialmente externa, quanto à iluminação, tanto com luz estourada, quanto por dificuldade de visualização por baixa iluminação, imagem muitas vezes sem contraste, imagem lavada, também em decorrência não apenas da produção, mas também da transmissão, que sabemos é outra questão a ser considerada.

Especialmente no estúdio, a relação fundo-figura costuma ser subutilizada, os cenários não valorizam, não são esteticamente interessantes, são muitos tons pastéis e com muita dificuldade de contraste, o que vai dificultar essa relação fundo-figura.

Tem problemas de focos repetidos nas imagens externas, pouca variação de enquadramento e o plano médio acaba aparecendo quase como um plano geral, sem a potencialidade informativa que os outros planos oferecem, uso limitado de elementos gráficos e de artes, especialmente nos VTs e ausência de selos como recurso gráfico a ser utilizado nos telejornais.

Há, como diferencial, positivo vinhetas em quadros com *internet*, tecnologia ensinando libras pertence ao "Jornal visual, do "Outro Olhar" no caso do "RB Noite".

Há um padrão gráfico para a "creditação" nos telejornais, embora a básica utilizada vá ser aproveitada, os tons azuis e verdes da logomarca, não seja muito adequada para destaque no vídeo.

Na verdade, há uma opção gráfica das logomarcas por tons pastéis. Isso dificulta os contrastes, enfim, não acho que sejam boas opções porque nos indicam os estudos.

Há uma pouca variação em termos visuais quanto a cores utilizadas na "creditação" e também nas artes envolvidas para utilização dos VTs, tem uma certa monotonia visual. Vermelho, por exemplo, é uma cor inexistente em qualquer arte, em qualquer *credit* que vá ser utilizado.

Há ausência de animações e reconstruções, como forma de narrativa audiovisual e, no caso da previsão do tempo, há uma forma de apresentação excessivamente bidimensional – estamos falando do "RB Manhã" – e não tem animação.

Aliás, a apresentação da previsão do tempo no "RB Manhã" é dividida por blocos e por regiões, o que talvez não seja uma opção mais adequada, considerando que, hoje, os fluxos climáticos vão de uma região a outra. Além disso, há uma ausência importante de qualquer outro tipo de serviço, com relação a cotações, seja da bolsa agrícola ou da bolsa de mercados ou do dólar, em todos os telejornais da TV Brasil.

Com relação aos elementos cênicos, há uma necessidade maior de investimento na dicção, especialmente de apresentadores que muitas vezes têm o tom excessivamente monocórdico, sem grande variação. Quanto à postura em estúdio, há problemas principalmente no "RB Noite" porque, como tem essa apresentação compartilhada, em rede, às vezes, você tem atrasos e, quando termina o VT, o apresentador está parado no estúdio. Em certas situações, há uma certa impostura quanto à comunicação verbal, claro, a pessoa está no estúdio e nem sempre vai estar no melhor foco e ângulo.

A postura dos repórteres é bastante diferenciada quanto a temas e locais de produção. Há algumas praças que têm uma postura e em outras praças existe uma postura diferenciada. Também na temática há uma variação muito grande. Essa variação pode ser uma opção, não há nenhum problema, mas teríamos de cuidar de alguns limites, às vezes tem uma formalidade excessiva e uma informalidade também.

No caso dos elementos cênicos, quanto à questão do figurino, apresenta grande discrepância, especialmente em externa. E parece algo menor tratarmos de figurino quando estamos tratando de jornalismo, mas muitas vezes as roupas e adereços dos repórteres são ruídos nas mensagens, chamam mais atenção do que a mensagem propriamente dita.

Há uma baixa presença de sotaques e regionalismos a despeito de termos uma maior diversificação regional. Fizemos algumas sugestões no caso da mediação no estúdio. Achamos interessante trabalhar melhor a questão da busca por informalidade no “RB Manhã” para não ficar artificial: a apresentadora entra em pé no estúdio, depois ela anda para trás e, às vezes, como dizem, dá medo que ela caia no estúdio, ela anda para trás, ao vivo, é algo meio complicado.

No telejornal noturno, a decisão de que essa apresentação vai ser compartilhada precisa ser melhor trabalhada, em termos da edição, da paginação do telejornal, para daí ficar claro qual é o local de onde aquele anunciador está falando e porque ele está falando desse lugar. Também investir no tom dos apresentadores: eles, hoje, possuem um tom diferenciado, no caso do Rio de Janeiro, sem uma maior informalidade; no caso de São Paulo, um maior formalismo. Isso acaba reforçando os estereótipos quanto à identidade regional. É essa a proposta? É isso mesmo que se quer fazer? Então são algumas questões que depois precisam ser esclarecidas.

No caso da edição, a paginação dos programas privilegia o encadeamento por editorias, o que torna, muitas vezes, os blocos excessivamente pesados e traz problemas quanto à fluidez narrativa. Então, temos um blocão de política. Parece haver – eu disse, parece, isso é uma suspeita – uma concentração quanto a local de produção e ordenamento dos blocos no que diz respeito à apresentação. Então, parece que a produção de São Paulo é apresentada pelo Florestan, a produção do Rio de Janeiro é apresentada pelo apresentador do Rio e assim por diante.

Mas isso precisa ser melhor explicado, explicitado e eventualmente feito um contexto no âmbito de um telejornal que é nacional.

As matérias são encadeadas por relevâncias, seguindo o padrão do telejornalismo, no geral, finalizando com matérias leves e frias.

O que chamou a atenção negativamente foi a veiculação de matérias repetidas, com a mesma edição, tanto no caso do "Jornal Visual", que abordamos, mas especialmente no caso do RB Manhã e Noite. Talvez o que pudesse acontecer é que essa matéria teria sido veiculado à noite e de manhã ela vai ser requeitada ou atualizada, colocamos um entrevistado no estúdio. Mas muitas vezes temos, e não foi uma vez só, isso é recorrente, uma mesma matéria veiculada no "RB Manhã" e, com a mesma edição, ela é veiculada no "RB Noite", então ao longo do dia, e não há um trabalho, um investimento naquele material.

O ritmo dos telejornais, em geral, acaba ficando lento por conta da opção por paginar os temas por editoria e, no caso do telejornal noturno, por esses atrasos na apresentação.

Quanto aos formatos utilizados, há pouca variação no "Jornal Visual", o que privilegia os VTs. No caso do "RB Manhã", com a utilização excessiva de *stand up*, muitas vezes, as sistemáticas parecem ter tempo exagerado, não porque seja muito tempo em televisão, mas porque parece faltar uma produção que permita ao repórter investir mais na pergunta com a fonte, confrontar a fonte, apresentar dados novos. Então, não necessariamente o tempo vai se traduzir em material aprofundado, não necessariamente maior tempo é sinônimo de jornalismo mais aprofundado, de maior qualidade.

No caso do jornal noturno, sugere-se a utilização do recurso da entrevista em estúdio, talvez como forma de oferecer um

conteúdo diferenciado, ou entrevista ou um debate sobre o tema, mas como uma regularidade no programa.

As manchetes que são lá do jornal insistem na inserção de imagens, mas elas são muito longas, muitas vezes, ao invés de uma manchete, você tem quase o lide completo na escalada de abertura. Isso acaba fazendo com que o jornal fique mais longo ainda, aparentemente.

A edição das matérias segue um padrão de montagem *off*, passagem sonora e a baixa utilização de recursos audiovisuais diversos. Temos uma grande variação quanto a volume e qualidade da montagem sonora, sendo comum que sons vazem dos estúdios, especialmente.

O uso quase inexistente de recursos de pós-produção: quando é feita a edição, o estilo é bem telejornalístico, embora em algumas matérias pudesse haver um tom mais documental, especialmente nas matérias do “RB Noite”.

Em geral, não são exploradas as possibilidades de esgotamento da pauta na edição do material, quer dizer, muitas vezes, a matéria termina, apesar de um tempo muitas vezes longo, e a gente ainda tem dúvida. Isso poderia ter como diferencial em relação às emissoras comerciais e um conteúdo mais aprofundado.

Acho que essa é a grande possibilidade do jornalismo público, oferecer um outro tipo de jornalismo, ainda que considerados alguns parâmetros do meio. E sugerimos um investimento nos quadros como forma de estabelecimento de uma identidade para a emissora. Então, no caso, o “Repórter Brasil Explica”, por exemplo, uma sugestão seria mobilizar recursos audiovisuais diversos como forma de tornar o quadro mais atraente.

As nossas conclusões preliminares são de que, em linhas gerais, a disponibilidade de maior tempo e a liberdade para tratamento dos temas, no caso os telejornais, não se concretiza na oferta de um telejornalismo de maior qualidade; a busca por reprodução dos modelos e emissoras comerciais acaba mostrando fragilidades, especialmente quanto à mobilização de elementos técnico-estéticos.

Então, nossa sugestão é de investimento no jornalismo público como diferencial da televisão da TV Brasil, ou seja, de buscar um outro caminho mesmo ou de aprofundar alguns laços de um outro caminho diferenciado que já se percebem, por exemplo, na maior diversidade geográfica, na maior diversidade temática. Mas talvez isso devesse ser mais evidenciado ainda como forma de se estabelecer um telejornalismo de qualidade, diferenciado, um telejornalismo público com aquelas promessas que falamos anteriormente de autonomização do sujeitos, de percepção dos cidadãos quanto à vida em sociedade, o seu lugar na sociedade.

Em linhas gerais é isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada, Professora.

Vamos fazer o seguinte, como dinâmica, daremos uma pausa de quinze minutos e depois voltamos. Temos bastante tempo para discutir esse assunto. São 16h05min, então, dez minutos está bom de café. Às 16h15min, retornamos com as dúvidas, sugestões e diálogo aqui com a Professora Iluska.

*(Intervalo)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos cerca de uma hora e vinte. Esse é o último tema, depois temos apenas duas questões que eu gostaria de colocar ao Conselho que são bastante rápidas, portanto, não precisamos ter pressa.

Agora, temos já três inscritos aqui: o Conselheiro Paulo, a Diretora Nereide.

Conselheiro Paulo, por favor.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Vou dar uma opinião rápida.

Acho que a análise está posta aí para nós; ao longo das próximas reuniões, resta-nos analisá-la. Bem feito o trabalho acadêmico, de uma pessoa de fora que tem essa visão.

Mas eu gostaria de fazer uma observação pequena e curta sobre o noticiário internacional: estamos repetindo, agora menos até, na TV Brasil, aquilo que é gravíssimo erro no noticiário internacional. O mundo está fervendo, o Oriente Médio está em chamas, e estamos noticiando ali a aliança ocidental, quando não se trata de aliança ocidental contra os países árabes. É importante dizer isso, porque a comunidade árabe no Brasil é muito grande. É a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da qual o Brasil não faz parte. E todas as emissoras ficam repetindo essa mesma coisa: aliança ocidental, aliança ocidental. Não é aliança ocidental. É um detalhe só, mas para mim, como jornalista, que vejo atentamente o jornal, choca-me ouvir isso. Era só isso o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada.

Nereide, por favor.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – Mesmo a professora tendo dito que não concluiu o trabalho, gostei muito do conteúdo, acho que vai ser muito positivo para desenvolvermos o nosso trabalho.

Várias das constatações, sempre soubemos que há esses problemas. A Flávia, que é Gerente Executiva, veio aqui e brincou, dizendo: Nereide, você passou para ela as coisas sobre as quais você fala todo dia que precisamos melhorar?

Sabemos, na maioria das questões, que temos problemas. Temos uma série de problemas de pessoal e problemas técnicos, como a questão dos problemas técnicos colocados ali, no caso, por exemplo, do “Jornal Visual”. É impossível termos um jornal factual, porque ele é gravado com antecedência, por uma equipe de duas pessoas, e fazemos um esforço muito grande para conseguir atender ao público e fazer um jornal diferenciado.

Houve até, como ela constatou, uma mudança visual das vinhetas, do cenário, feita no final do ano passado, então, tentamos sempre melhorar.

A questão, por exemplo, da apresentação, dos problemas de cenário, estamos com uma proposta de reformulação total de cenário. O plano é, quando mudarmos para o Venâncio, conseguirmos que os estúdios estejam prontos e estrearmos o cenário novo, acabar com aquela apresentação centralizada porque ela efetivamente não faz muita diferença para o telespectador. Ela encarece e dificulta a operação.

A questão do local e da rede, por exemplo, é um problema com o qual sofremos, porque dependemos do material das emissoras parceiras, que tem muitas vezes uma variação grande da qualidade. Os governos mudam, então, investem mais ou menos na TV e no jornalismo. Recebemos o material pela *internet* e muitas vezes detectamos mesmo esse problema da pouca localização, pouca explicação de onde as coisas estão acontecendo – como ela citou, a questão da utilização da expressão do bairro, ou siglas que as pessoas não sabem o que são.

E não temos como pedir para refazer. Essas TVs muitas vezes trabalham até cedo, não trabalham no final de semana algumas vezes e nem sempre tem condições de refazer o material para que seja reeditado. Muitas vezes a opção, efetivamente, é colocar no ar o material, porque, no geral, como eu disse, concordo com várias das observações, mas acho que não concordo com a conclusão final, por exemplo, de que a TV Brasil não está fazendo jornalismo público.

A TV Brasil tem três anos de existência, é uma bebezinha, é uma experiência nova, esforçamo-nos muito na questão da pauta. Várias pessoas que nem sabem que trabalho na TV Brasil comentam que veem o jornal e acham que o jornal tem matérias diferenciadas.

Sempre pautamos vários assuntos em que só vê o microfone da TV Brasil cobrindo, preocupamo-nos muito com os movimentos sociais, tudo o que tem, estamos cobrindo, estamos acompanhando, audiência pública, tudo o que há de informação de áreas que não aparecem na televisão, preocupamo-nos muito em mostrar, estamos sempre muito voltados para essa questão da pauta, da preocupação com a pauta.

A questão do formato da matéria que acaba ficando parecido: muitas vezes não conseguimos aprofundar muito também

por causa dessa questão de que falei. Temos uma equipe pequena, uma equipe nova, pouco experiente em alguns casos, outras vezes muito experiente, já muito acostumada a fazer um tipo jornalismo que precisa ser mudado. Então, temos essas dificuldades mesmo no nosso dia-a-dia.

Temos pessoas com várias formas de contratação, temos contratos temporários em que as pessoas saem e não temos como substituir. Então, temos uma série de problemas com os quais convivemos.

Acho que a questão dos problemas técnicos, lutamos muito para resolver. A Diretoria de Serviços promete que a questão de transmissão será resolvida. Estamos com um projeto, como eu disse, de mudar o cenário e mudar a apresentação do jornal. E estamos discutindo também a questão de talvez fazer mais um jornal na hora do almoço, em rede, e diminuir o tempo do jornal, que é de uma hora hoje, porque qualquer pessoa ficar sentada por uma hora, na frente da televisão, vendo um jornal, acho que acaba tornando o jornal muito arrastado.

Destaco também que é muito bom termos o "Outro Olhar", que até já recebi com esses quadros, "Outro Olhar" e "O Repórter Brasil Explica", que tinha mesmo o problema de só fazer arte, mas já tínhamos mudado isso. Estamos fazendo com imagens agora também, de uns dois meses para cá.

Estamos sempre pensando e batalhando. Acho que cada vez mais vamos ter séries, matérias aprofundadas, com selo, e temos também o projeto de mudar a questão de vinheta, de arte, porque efetivamente o jornal, assim como o cenário é pobre, as vinhetas são muito pobres e a parte visual é pobre mesmo no "O Repórter Brasil". É isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada.

Conselheiro Mário.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** –  
Queria colocar algumas questões. Primeiro, pegando o que o Conselheiro Paulo falou em relação ao noticiário internacional, acho que a TV Brasil, como a TV pública podem aprimorar essa parte do noticiário, sem nenhuma questão de custo ou despesa.

Por exemplo, agora, com o casamento real da Grã Bretanha – até comentamos isso hoje de manhã, na Câmara de Jornalismo, –, faltou uma televisão, seria a TV pública, colocar questões que não foram colocadas para o público brasileiro, como, por exemplo, a atual crise na monarquia da Inglaterra.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) –  
Você viu o jornal de sexta?

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** –  
Não.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) –  
Teve uma entrevista de estúdio com todas essas questões, falando da questão do *marketing*, da dificuldade... Demos o factual, as matérias simples e teve uma entrevista de estúdio no dia do casamento com uma pessoa, com todas essas questões: o que era monarquia, quantas monarquias, a questão do *marketing*.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** –

Agora, mostrando, por exemplo, que toda essa encenação que houve foi em função de uma... porque a imagem que se tem em relação à monarquia britânica – nem é assunto para nós, mas enfim – é que está tudo às mil maravilhas, que há uma receptividade muito grande.

E houve um item que foi colocado em relação à falta de politização de algumas discussões. Com colocações de populares, acho que se pode aproveitar também esse espaço para aprofundar a questão de uma politização, para não ficar só no, digamos, “oba oba”.

Hoje, por exemplo, o mundo está fervendo e a mídia eletrônica, de um modo geral, está passando ao largo, por exemplo, na questão da Líbia, na questão do Oriente Médio. E terminologias que são utilizadas no noticiário internacional, mesmo na TV Brasil, que repetem muito, que são colocadas, de um modo geral, em outras televisões, sem nenhum tipo de crítica. Até citaria o exemplo do caso do Egito, em que, durante muito tempo, o Mubarak foi considerado Presidente Mubarak e, de repente, ele virou ditador.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) –

Mas nós nunca chamamos ele de ditador.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** –

Eu sei. Estou falando que isso pode ser evitado, no caso Mubarak e outros aí. Já houve casos em relação a Cuba, em relação a outros países. Acho que a TV pública, inclusive, que precisa dar o exemplo, estar na frente. É importante que fiquemos atentos a esse tipo de colocação.

Outra questão que eu queria levantar, acho que já colocamos em algumas pequenas discussões na Câmara de Jornalismo e que eu transferiria para cá para uma tomada de posição em relação à questão muito importante, a meu juízo, que é a questão da "Voz do Brasil", que é objeto de toda uma pressão no sentido de se terminar com o horário, que é tradicional, um horário histórico das 19 às 20 h, e há muita pressão, não de hoje, no sentido de terminar esse horário.

Seria um tapa na cara, usando uma expressão popular, de milhões de brasileiros que só tem a informação nesse espaço midiático, que cada vez se aprimora mais. Acho que o Conselho Curador poderia deter-se nessa questão e adotar um posicionamento em favor, em face das expressões que existem, da manutenção do horário da Voz do Brasil, que é um serviço da ECB também.

Acho importante essa tomada de posição porque diariamente há colocações no sentido de que a "Voz do Brasil" é uma coisa estatal, a "Voz do Brasil" é algo que... Até já ouvi, em algumas estações de rádio, alguns programas dizendo que é uma intervenção do Estado Brasileiro na radiofonia, no espaço radiofônico. Esse é um dos absurdos que são levados e que, de tão batidos, acabam virando verdades, na velha técnica. Então, acho que, nesse sentido, seria importante um posicionamento do Conselho Curador para a manutenção desse espaço, que é importante.

Pelas audiências, pelas consultas populares, há milhões de brasileiros, talvez não nas grandes cidades, mas nos interiores, que tem acesso à informação naquele horário das 19 às 20 h e que não vão ter em outras fontes de informação.

**CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOSKI** – Quero só dar um aparte, complementando: no interior, que freqüento

muito, lá no Sul, os trabalhadores rurais trabalham durante todo o dia, acordam de madrugada e ouvem, em grande proporção, a “Voz do Brasil” e ficam altamente informados sobre novas leis, Justiça do Trabalho, tudo através da Voz do Brasil.

Concordo com a opinião do Conselheiro Mário.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** – E também acho que, na Voz do Brasil, poderia ser aprimorado, dar-se mais espaço aos *munin* sociais. Tenho o hábito até de ouvir a “Voz do Brasil”, quando possível, e é um noticiário, eu diria, de grande qualidade, em que há informações que muitas vezes não aparecem em outras emissoras, não só de rádio, como de televisão, muitas informações que recebo pela “Voz do Brasil”, e não dos jornais das TVs comerciais e mesmo das TVs públicas.

E, para finalizar, só uma pergunta: este ano, haverá alguma audiência pública?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Tem uma prevista no final deste semestre. Uma por semestre: há uma previsão no final deste semestre e uma no final do semestre que vem.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND** – Aceita sugestões?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Sim, claro.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND –**

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Tem uma sugestão no próximo ponto de pauta com relação à audiência pública.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBISKIND –**

Então fica aí essa sugestão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Já que você tocou nessa questão da “Voz do Brasil”, seria interessante que a Câmara de Jornalismo se debruçasse um pouco mais sobre esse tema e trouxesse um parecer para o Conselho. O que os senhores acham? Não sei se seria um tema de pauta do Conselho, mas uma coisa que venha da Câmara de Jornalismo, para depois trazer ao Conselho.

Temos a Tereza, o Professor Murilo e o Guilherme para se manifestarem. Mais alguém quer ser inscrever?

Tereza, sua vez, por favor.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Não sei se os senhores conhecem a minha trajetória profissional como jornalista. Aqui no Conselho, parecem-me ignorá-la, mas ela me autoriza a fazer comentários também sobre isso. Aliás, já respondi pela Diretoria de Jornalismo.

Acho a pesquisa, a sua metodologia, os seus conceitos, completamente de acordo com o que queremos, a exemplo do que até a Nereide citou: falamos muito isso. Falamos desde antes da criação da TV Brasil. Jornalismo público, jornalismo participativo, jornalismo colaborativo, jornalismo com foco no cidadão, todos esses conceitos são pacíficos para nós, ou seja, nós os procuramos, perseguimos esse modelo. Queremos ter cada vez mais um jornalismo assim.

Agora, não avançamos mais do que foi feito, do que foi apresentado aí, tipo: os quadros "Outro Olhar", os quadros "RB Explica", não conseguimos criar outras instâncias.

E, afora os conceitos sobre os quais não temos discordância com a pesquisa, o que existe ali, quer dizer, discordo muito da generalização da conclusão ao final de que, apesar de dispormos de mais tempo e liberdade, não fazemos um jornalismo diferenciado. Acho que ele é diferenciado, ele tem qualidade. Agora, ele está longe de ser o jornalismo que desejamos. Por quê? É meio complicado e meio desagradável dizer isso, porque eu já disse isso muitas vezes para o Conselho: se não conhecer a realidade da EBC fica difícil fazer julgamentos.

Esses dias, eu estava no meio de uma operação complicada. Era carnaval e eu estava no Hospital Sara. A Nereide nem estava aqui, ela nem sabe disso porque estava de folga. Eu estava querendo que a nossa cobertura de um bloco tivesse um encontro com os portadores de deficiência que queriam ver o carnaval, que a emissora fosse fazer o registro, porque nenhuma ia fazer isso. E nós fizemos e foi algo muito diferente.

No meio dessa coisa, veio alguém e disse: quando é que vocês vão trocar aquele cenário? Eu perdi a paciência e falei um daqueles costumeiros desaforos que falo para as pessoas, porque ele

não tem ideia – e é uma pessoa amiga – de quanto tempo leva uma licitação para contratar um cenário.

As condições operacionais, professora, são as piores possíveis, o que herdamos em matéria tecnológica, em matéria de recursos humanos.

A Flávia Melo está conosco desde o início, a Nereide é uma diretora que chegou não tem um ano; temos esse tempo todo, a Flávia está aqui desde o primeiro momento. Ela é a pessoa que mais conhece o regime. Temos cinco regimes trabalhistas na redação. Você sabe o que é isso, ter cinco regimes trabalhistas? Quer dizer, tem temporários, tem cargos comissionados, tem pessoas da ACERP, tem funcionário de carreira e tem comissionado da EBC. Então, é uma “coisa” de recursos humanos.

Educação para comunicação pública, no Brasil, está começando com a EBC. Os senhores sabem que está começando com a EBC. O grande debate sobre isso começou com a nossa luta para aprovar a lei. No fórum da TV pública ainda não se discutia muito esse conceito, o que é isso, o que se faz. Queríamos a TV pública, os canais públicos, o sistema público de comunicação. Está bom.

Na disposição da Lei da EBC, travamos um pouco esse debate. Aqui dentro o esforço de... Quando eu falo educar para a comunicação é isso, os conceitos, as pessoas entenderem onde elas estão. As pessoas estão muito com a ideia errada do que vieram fazer aqui; muita gente tem, mesmo dentro da EBC, vontade de emular, replicar modelos da TV comercial. Talvez até porque fazendo uma boa matéria no padrãozinho da TV comercial ela vá receber um convite para ir para uma delas. Então é muito difícil.

Hoje, estamos muito distantes de poder responder, com recursos humanos e tecnológicos, às questões operacionais propostas.

Quanto às questões conceituais, não temos desacordo. O problema é que muitas das questões conceituais vão envolver recursos humanos e tecnológicos também. Acho que hoje estamos mais próximos da solução dos problemas tecnológicos.

Vi que você conhece o processo produtivo de uma televisão, afora o seu conhecimento conceitual de televisão pública. Hoje, temos captação e edição em HD, mas não temos um sistema gestor desses conteúdos e não transmitimos em HD. Então, estamos no meio do caminho de uma digitalização.

Acho que estamos mais próximos disso do que de resolver o problema humano, porque não conseguimos fazer concurso, que foi uma das piores das nossas falhas. Não conseguimos por uma série de motivos, mas não conseguimos. Agora, não pode fazer, e os contratos temporários estão acabando, e não sei o que vai ser de nós, do ponto de vista de recursos humanos. Afora isso, os que existem precisam de muita reciclagem.

Temos conversado com a UNESCO e com outras instituições. Acho que essa é uma tarefa que o Conselho pode ter um papel, os pesquisadores. O Conselho tem muita gente relacionada com a academia. Universidade é termo pedante, mas porque é Universidade BBC, mas a escola de formação de quadros, precisamos tê-la. Quando se fizer concurso – que não sei quando vai ter esse milagre –, já falei: o jornalista que vier de fora vai ter que passar três meses no Instituto Rio Branco BBC. Vai ter que ter um Instituto Rio Branco aqui, senão não adianta.

Grande parte dos problemas é que as pessoas não sabem onde estão. E é complicado. Há coisas assim.

Outro comentário que eu queria fazer sobre a sua pesquisa: há coisas com as quais concordo, porém, a pesquisa aponta como demérito, e acho que, hoje, é mérito. Você fala: quando

o governo é ouvido, sempre de forma muito contida, muito isso, muito aquilo.

Lamentei a Helena não ter podido estar aqui, porque Helena dirigiu por muito mais tempo o jornalismo do que a Nereide, então o legado dela é muito grande dentro disso. Ela também ficou com vontade, mas tem compromissos lá como Ministra. Então, a Helena usava muito a expressão “fita métrica”, que era garantir a pluralidade, a isenção e o equilíbrio entre pontos de vista etc.

A fita métrica é um inibidor, porque a fita métrica acaba impedindo a politização, como vocês muito corretamente captaram. Mas nós sabemos e a experiência mostra que, se estivéssemos veiculando coisas muito politizantes, no sentido de que houvesse discursos políticos e ideológicos mais eloqüentes, ainda que observando a pluralidade de um lado e de outro, a TV pública estaria apanhando como cadela, mais do que apanha. Se estivesse aqui o ministro do governo fazendo um discurso muito partidário e muito eloqüente, ainda que a oposição também estivesse, sabemos onde isso daria.

Então, hoje, acho que isso é mérito, é tático, embora não seja ideal. Mas, toda vez que o tom sobe um pouco, isso dá agenda negativa. E a sobrevivência da TV Brasil, até hoje, deveu-se a muitas coisas, mas, em grande parte, à nossa capacidade – digo nossa, de todos os seus construtores – de administrar e vencer todas as agendas negativas que já nos foram propostas, que foram muitas e grandes.

Em outras circunstâncias, talvez a instituição tivesse capotado nas grandes agendas negativas que já foram apresentadas, boa parte delas é criada como obstáculo. Muitas instituições, no Brasil, deixaram de se consolidar depois de criadas, vocês sabem disso. E o grande desafio da TV pública é sobreviver a esses tempos

heróicos que são aqueles em que há uma aposta: não vingará, não vingará, não vingará. Isso é repetido como um mantra pelos que não querem. E temos vingado.

Meus comentários são esses. Acho que a pesquisa vem muito conceitualmente ao nosso encontro, acho que algumas coisas vocês entendem de fora, é compreensível. Devem estar pensando por que não é mais calorosa a recepção, mas temos as nossas razões, a experiência tem. Agora, o ideal de responder à maioria das questões que vocês colocam, não temos as condições. Mas acho que é uma excelente contribuição e devemos trabalhar tendo a pesquisa, suas conclusões, seus conceitos, como guia também. Acho que está incorporado, é muito bom. Agora, a realidade é um pouquinho diferente.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Professor Murilo, com a palavra.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Presidente, só mais uma coisinha: queria dizer sobre a “Voz do Brasil”, ao Jakobiskind. A “Voz do Brasil” não é um produto de comunicação pública, é um instrumento de comunicação estatal, governamental, dos três poderes, tanto que um pedaço é do Executivo, do Judiciário e um pedaço é do Legislativo. E o pedaço do Executivo, a EBC produz como pauta do Executivo. Ao seu lado está quem é responsável por ela: Garcez.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Professor Murilo.

**CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS** – Inscrevi-me para falar fundamentalmente sobre uma questão mais geral, mas quero me referir um pouco ao trabalho que foi feito pelo grupo coordenado pela professora ilustre da Universidade Federal de Juiz de Fora, em relação aos comentários feitos pela Tereza.

Na realidade, a Câmara, que encomendou o trabalho, tem absoluta consciência das limitações e dos problemas. Sabemos de contratação de pessoal, de problemas técnicos. Só que entendemos – e eu conversava com a Professora Iluska no intervalo, até antecipando que essas questões surgiriam –, a Câmara, de modo algum, tentou induzir. Ela simplesmente, para não comprometer o trabalho que seria feito e dar toda a liberdade, colocou os problemas. Porque se você coloca os problemas, você impede o grupo, que é um grupo acadêmico, de olhar com distanciamento e apontar defeitos e virtudes, sem já descontar as dificuldades que nós sobejamente conhecemos.

Então, o fato de ter feito uma análise mais teórica, e aí lembro que quando discutíamos na Câmara, tal como foi feito com o grupo que está estudando a programação infantil, até observamos: primeiro, não é uma pesquisa acadêmica que estamos encomendando. Isso vocês podem fazer para o CNPq. O que queremos, de fato, é algo mais próximo de uma consultoria acadêmica, ou seja, que avance um pouco para alguma proposição, na medida do possível, mas que não se restrinja ao olhar teórico sobre o trabalho, porque aí vai fazer pesquisa mesmo, fazer tese de mestrado, de doutorado.

Então a ideia foi dar liberdade ao grupo para que ele pudesse, com as vantagens e desvantagens da distância, apresentar um trabalho que pudesse servir de contribuição para que, a partir do Conselho, ajude a pensar as diversas áreas da EBC e da TV Brasil particularmente.

Acho que, neste caso, avançamos muito. Gostei muito do trabalho, a Câmara toda gostou muito do trabalho, com ressalvas a colar, que todos temos. A Tereza levantou isso, mas não é julgamento. Só estou fazendo uma correção, até porque, quando a Tereza usou a palavra julgamento, vejam, o trabalho não faz um julgamento da programação. Ele procura fazer uma análise.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Falei da conclusão.

**CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS** – Discutimos isso. Eu, por exemplo, não conhecendo, tento achar – e até quando conversava com a Nereide no intervalo, a história do bebê. Todos nós sabemos que a EBC é um bebê de três anos. Eu dei entrevistas no começo do ano e falei: só vou saber se a EBC é isso que você está me perguntando talvez daqui a dez anos, que é o tempo de maturação de uma proposta tão ambiciosa como essa.

Não obstante, a cada etapa de crescimento, lançamos um olhar crítico e procuramos, com esse olhar crítico, avançar na medida do possível, no maior espírito de cooperação. E esses trabalhos que estão sendo feitos na área infantil de jornalismo é bom para o Conselho, porque o Conselho se torna também mais apto a entender aquilo que é o específico das rádios, da televisão. Embora eu tenha formação em comunicação e fui jornalista de jornal, sei muito pouco

de televisão. Então, jamais vou me arvorar na condição de especialista, capaz de chegar aqui, só porque dou aula na faculdade de comunicação, não é isso. Precisamos desse conhecimento especializado, enfim.

A partir daí, e me remetendo a uma questão que está no trabalho, essa até mais discreta, e acho que ela podia ter tido mais ênfase, concordo e tenho discutido isso na Câmara e, informalmente, quando tenho tido oportunidade, com a Diretora Nereide: acho o jornalismo da EBC despolitizado, ele não é partidário, é despolitizado, ele é um jornalismo que ainda enfrenta essas dificuldades.

E agora que entendi essa metáfora da fita métrica: é tanto cuidado no medir, que se perde aquela dimensão fundamental do jornalismo que é a dimensão crítica a que chamei metaforicamente de "pegada". O jornalismo tem que ter "pegada", ele tem que incomodar, jornalismo que não incomoda... Isso não quer dizer que incomodar é fazer sensacionalismo, não é mentir, não é isso. O jornalismo tem que ir fundo e mexer com as questões fundamentais na sociedade. Isso que caracteriza o jornalismo independente, o jornalismo que espero daqui a quatro ou cinco anos, ou amanhã, não importa.

Considero o jornalismo ainda... Veja bem, não é passar juízo, é olhar e entender que ainda estamos no ritmo de jornalismo lento, cuidadoso, e que acho que é natural, porque se tem o medo de passar por governista demais ou por oposição demais. Aí se aplica a fita métrica e se acaba ficando um pouco no meio do caminho, quando, na realidade, talvez se possa usar um pouco mais de agressividade ou de "pegada" jornalística e transformar o jornalismo numa espécie de procurar caminhar para transformar o jornalismo da EBC numa referência.

Aí é a observação mais ampla que queria fazer como contribuição à discussão, neste Conselho, hoje, a partir deste estudo e outros que faremos na frente – claro que isso é uma opinião pessoal, embora eu acredite que, na literatura da minha área, jornalismo público, haja evidências suficientes para entender que isso pode ser generalizado. A TV pública se caracteriza por dois diferenciais: programação infantil e jornalismo independente. O resto, a dramaturgia, o restante, o cinema, tudo é fundamental, mas o que vai diferenciar a televisão pública da televisão comercial é a programação infantil e o jornalismo. É ter como objetivo estratégico para essa televisão, aprofundar aquilo que já é bom, porque é o melhor que este País tem que é a programação infantil, sabemos disso. Claro que a TV Cultura está aí, não vamos omitir o papel da TV Cultura e das emissoras estaduais e locais da programação infantil, agora o jornalismo é o outro diferencial.

E é isso que caracteriza e deve caracterizar a TV pública. Então, para mim, esse que tem que ser o objetivo estratégico, de médio e longo prazo, evidentemente. Isso não vai acontecer da noite para o dia, porque se tem que vencer diversas etapas, entre elas a dimensão técnica, refazer tudo isso que sabemos, esse cotidiano terrível que tem que ser vencido.

Vou aqui falar da questão da imagem, mas sei que se capta em HD, edita-se em HD, mas se transmite daquele jeito, claro, quem conhece um pouco sabe. E isso tem um peso danado no resultado final.

Mas a questão fundamental que eu queria deixar é esta, de termos como objetivo esse diferencial, porque é isso que vai fazer da TV Brasil uma referência, até porque a política não é tratada na televisão brasileira ou, quando é tratada, é daquele jeito. Quer dizer, de repente, você tem a Band, que, por uma questão específica,

corporativa, politiza a questão das comunicações, por exemplo, e sai desancando as teles e a Anatel, que é o que está acontecendo agora. Quem conhece, sabe. Então, é razão comercial específica por trás disso. Isso não é fazer jornalismo. Ou então, uma televisão de grande porte como a Globo, de repente, resolve fazer uma campanha contra uma questão. Não é isso. O certo é, com constância, trabalhar a cidadania na perspectiva de se politizar o debate, tem-se que ser a referência do debate político brasileiro.

Mas já estou me repetindo. Por isso, encerro com uma questão posta lá no início da reunião e não quis falar na hora. Não quero entrar na discussão do que ocorreu com a NBR, com o Café da Presidenta, não é isso, mas essa questão tem que ser pautada pelo Conselho também. Sinto-me à vontade porque isso já foi conversado, pelo menos por mim e outras pessoas com a Ministra Helena. Isso tem a ver com a Lei da EBC, a Tereza colocou bem, mas é o seguinte: há um vício de origem na Lei da EBC, que pode ser corrigido, que é a EBC ser responsável por parte da comunicação do governo, por lei.

Entendo que são duas coisas complicadas, delicadas, mas nas quais eu gostaria que começássemos a pensar: uma é essa desvinculação de qualquer...A prestação de serviço deve continuar existindo a partir de um pressuposto, de uma autonomia, tem que entrar na licitação, tem isenção, enfim, mas não tem uma vinculação direta, a obrigação de, por meio até do seu corpo funcional, fazer essa prestação de serviço.

Entendo que isso foi uma contingência da criação da EBC. Foi necessário naquele momento. Mas é hora de começar a pensar em fazer essa mudança. Sei que podemos concordar com isso.

A outra coisa mais delicada ainda, mas fico à vontade porque já conversei isso, pelo menos informalmente, mas farei isso

formalmente aqui agora, nesta intervenção, que é mais complicada: é a própria vinculação funcional, porque tem que haver uma vinculação com o Executivo, mas é a vinculação da EBC com a Secom, porque a Secom é justamente quem faz a comunicação de governo. Então, fica aquela coisa de estar explicando o tempo todo, porque a EBC está vinculada à Secom, mas ela não faz comunicação de governo.

Há vinculação, tudo bem. Aí vai entrar numa discussão sem fim: vincular a que ministério, x, y, z? Não é isso. Mas é uma questão de fundo que, em algum momento, precisa ser encarada por este Conselho, porque isso implica em mudança de legislação, e acho que implica em uma mudança estrutural que deve ser feita adiante.

Isso ajuda a rebater também a questão do jornalismo, da autonomia, dessa dificuldade do "o que eu sou?" ou de ter de mostrar o tempo todo "não sou chapa branca, mas, por outro lado, também não sou aquele Ferrabrás da oposição". E aí você acaba não sendo nada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos cinco inscritos. Vou deixar a professora por último. Gostaria de inscrever todos agora. Inscritos o Mário e a Nereide. Mais alguém? Então, acabaram-se as inscrições, ok?

Conselheiro Guilherme.

**CONSELHEIRO GUILHERME GONÇALVES STROZI** – Queria dizer que, como funcionário da TV Brasil, achei a pesquisa também muito boa. Compactuo com as opiniões tanto da Nereide quanto da Tereza quanto aos problemas operacionais que estão no cerne da nossa emissora e que nos impedem de fazer com que os

avanços sejam feitos da forma que a nossa ansiedade quer que sejam feitos.

Mas também queria dizer que, mesmo com todos esses problemas, com todas as questões técnicas – principalmente com a questão técnica, pois acho que de acordo com o levantamento feito lá na ouvidoria, talvez seja o que mais os telespectadores estejam reclamando da TV Brasil, não é tanto sobre o conteúdo, é mais sobre a questão técnica –, acho que o telejornal “Repórter Brasil Noite” é um dos melhores do Brasil e que o telejornalismo da TV Brasil tem avançado muito sim.

Acerca dessa questão que a senhora levantou, professora, sobre a falta da participação da sociedade civil, concordo com ela. Acho que, quando falamos sobre a participação da sociedade civil, não é pegar os movimentos sociais e colocá-los dentro de uma entrevista qualquer. Talvez seja colocar a programação do telejornal, a pauta do telejornal, o que tem que ser colocado como notícia sob a ótica dos movimentos sociais. Talvez seja uma forma, inclusive, de sairmos um pouco...

Concordo também que o telejornal “Repórter Brasil” segue uma agenda não digo uma agenda governamental, digo uma agenda dos outros meios de comunicação. O telejornal é um pouco sobre assuntos todos parecidos. De que forma podemos talvez sair disso sem nos preocuparmos muito, a médio e longo prazo? Talvez nos pautando mais com assuntos a serem propostos pela sociedade civil, trazer uma forma de a pauta ser mais colaborativa, de os diferentes meios da sociedade civil proporem assuntos para virarem notícia dentro do “Repórter Brasil”.

E, claro, que também fiquemos atentos àquilo que há de mais relevante no dia, que chamamos de pautas factuais, mas dando uma atenção talvez maior para essa demanda de movimentos sociais,

porque talvez consigamos fazer com que isso saia um pouco dessa mesmice do telejornalismo brasileiro e com respaldo na sociedade civil. Acho que nos blindamos, de certa forma.

Acho também que é muito legal o levantamento feito de que o “Repórter Brasil Explica” e “Outro Olhar” tiveram uma atenção especial na pesquisa. Trabalho na coordenação do “Outro Olhar” e, para explicar melhor o que é “Outro Olhar”, como já disse na minha apresentação, é esse espaço onde a sociedade civil pode enviar seus vídeos, com a sua visão do que é notícia.

Então, se isso foi avaliado como bacana pela professora, vamos tentar fazer com que isso se amplie dentro do telejornal. Acho que uma forma bem pragmática de fazer com que essa participação da sociedade civil direta tenha maior influência no telejornal é convidando a sociedade civil a participar, fazendo chamadas na programação – como tínhamos, mas, depois da mudança dos nossos estúdios, acabamos não tendo mais essas chamadas –, convidando as pessoas, no meio da programação: “ei, você, quer dar sua visão do que é notícia, na TV Brasil? Faça um vídeo de até dois minutos e envie para a TV Brasil”. Chamadas mais ou menos desse tipo para incentivar a população, de que esse canal, esse espacinho do “Repórter Brasil” precisa ser ocupado por eles mesmos.

Acho que uma outra forma de atrair essa participação da sociedade é, dentro em breve, com os trabalhos da nova Secretaria de Comunicação Multimídia, será, de fato, importar ferramentas multimídia que possibilitem que as pessoas possam diretamente, pela *internet*, ter essa participação.

Temos todos os vídeos desse canal “Outro Olhar”, que são catalogados por mim num canal do Youtube, porque hoje não temos uma ferramenta em que ele possa ser interativo com a população. Tem o *site* do “Repórter Brasil” – não sei se a senhora viu,

professora – que é o RB *on line*, que funciona basicamente, hoje, como um *clipping*, e todas as notícias do jornal são colocadas na íntegra dentro desse *site*. E lá, tínhamos uma ferramenta de interação com a sociedade. O “Outro Olhar” tinha uma audiência altíssima ali. As pessoas queriam mandar vídeos, queriam comentar sobre as suas falas dentro do telejornal.

Então, acho que, dentro em breve, possivelmente a nova secretaria criada vai dar um gás nessa proposta. Acredito que “Outro Olhar” possa ser melhorado com isso.

Minha última suposição, que acho que talvez seja a mais importante, é começar a envolver as praças dentro do jornalismo participativo. Por que qual o grande barato do jornalismo participativo? Não é fazer como algumas emissoras grandes estão fazendo hoje, do parceiro-cidadão. Por quê? Porque o parceiro-cidadão que está seguindo os telejornais de grande audiência, a emissora vai lá, convoca dois ou três atores de uma comunidade, recruta aqueles atores, dá o equipamento, fala qual é a pauta, fala como tem que ser feita a matéria e exhibe, falando que está fazendo jornalismo participativo.

O que a TV Brasil faz não é isso, o que “Outro Olhar” faz não é isso. E é um exemplo de jornalismo público até na América Latina, inclusive com a TAL, que é a TV da América Latina, com quem já estabelecemos parceria. É simplesmente fazer com que o cidadão não seja passivo ao assistir a notícia, que ele saiba que pode participar também do jornalismo, porque ele também pode construir a sua visão do que é notícia.

Então, o grande barato talvez não seja que “Outro Olhar” seja feito somente aqui em Brasília, centralizando todas as produções audiovisuais de todo o País. Talvez seja bacana iniciarmos uma conversa com as outras emissoras públicas para que esse espaço de

jornalismo participativo seja implantado também nas emissoras estaduais, porque aos poucos o próprio cidadão de Salvador, ao assistir à TVE da Bahia, sabe que ele pode colocar um vídeo na TVE da Bahia. Ele estará mexendo diretamente com a comunidade dele, a comunidade dele estará assistindo a esse produto audiovisual, a essa notícia, no jornalismo da TVE da Bahia, em Santa Catarina, no Mato Grosso, no Amapá.

E, em Brasília, conseguimos nos reunir, eu, diariamente, ou quem estiver à frente do “Outro Olhar” ou do jornalismo participativo, e conseguimos entrar em contato não caçando o audiovisual Brasil afora, como acontece hoje, mas já entrando em contato diretamente com as redes estaduais para saber: hoje teve algum conteúdo de cunho nacional que você acha que pode ser exibido pela rede? Sim, tem, um cidadão mandou um vídeo sobre uma manifestação dos professores aqui de Recife que acho que vale para todo o Brasil.

A TV Brasil, em Brasília, conseguiria dialogar com conteúdos participativos em mais áreas de todo o País. Acho que isso não é tão difícil de ser implantado e também não é tão caro. Na verdade, barateia a produção das emissoras locais porque facilita que o fluxo de conteúdo entre, e audiência e o *marketing* para isso só é positivo.

Termino essa minha intervenção dizendo que acho que seria muito bacana fazermos também uma pesquisa qualitativa na produção do radiojornalismo do rádio. Que as atenções do Conselho Curador também se foquem um pouco para atuação da qualidade do conteúdo gerado no jornalismo da Rádio Nacional, a parte pública dela.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Conselheiro.

Agora, com a palavra o Conselheiro Beto.

**CONSELHEIRO MANOEL ROBERTO SEABRA** – Em primeiro lugar, queria elogiar o trabalho da Professora Iluska e aquilo que o Professor Murilo falou um pouco, quer dizer, quando decidimos que não colocaríamos questões e premissas, demos uma liberdade para que ela, inclusive, chovesse no molhado, em alguns momentos, o que era esperado, porque ela estava fazendo um trabalho de avaliação inicial. E mesmo esse relatório de hoje é um relatório preliminar.

Acho até que, do ponto de vista de uma consultoria – Murilo, não sei se você e os outros membros da Câmara concordam –, uma consultoria tem que propor saídas. Talvez, a partir do que foi colocado aqui hoje, dos limites que foram colocados pela diretoria da EBC, pela Nereide e pela Tereza, acho que cabe à consultoria propor saídas. Se não temos as condições ideais, o que pode ser feito com o que temos?

Acho que é isso que faz uma consultoria, porque, senão, caímos no que o Murilo falou de fazer uma pesquisa acadêmica que, em geral, não propõe saídas, não é esse o papel de um acadêmico, às vezes até é, mas nem sempre tem essa obrigação de propor saídas, apenas de problematizar uma questão.

E, nessa linha de propor saídas, vou apresentar duas propostas muito na linha de tentar colaborar não sei se para o relatório de vocês, mas ao menos para o dia-a-dia da EBC, que, acho, é onde precisam mais. A primeira é pegar a questão do debate.

Lembro que, quando assumi a TV Câmara, em 2009, avalei pessoalmente, num primeiro debate com os colegas, que a TV Câmara tinha um potencial muito grande de fazer crescer a sua audiência no meio dos debates e que, apesar de termos bons programas de documentários e de música brasileira, programa até exportado para outros países, sabemos que a nossa linha, a nossa praia, para usar um jargão bem popular, seria o debate.

Quando saiu a primeira pesquisa de Ibope que consegui fazer quando estava na TV Câmara ainda, os números demonstraram que os programas de debate da TV Câmara, mesmo aqueles considerados mais insossos, por exemplo, com um deputado falando sozinho durante dez minutos, que é um programa que foi criado lá, até esses programas tinham mais audiência do que o melhor dos nossos documentários. Até um pouco para nossa tristeza, porque investíamos tanto em alguns programas de auditório, programas para juventude, programa de cultura, e às vezes um debate de um deputado lá do Rio Grande do Norte, discutindo uma questão que diz interesse à região dele, conseguia ter mais audiência do que um programa em que investimos muito.

Então, essa questão que foi falada pelo Murilo, pelo Mário, pelo próprio Guilherme e por outros Conselheiros, é investir forte na questão do debate. E para isso não é preciso muita coisa. Não vou querer dar aula aqui, porque também não sou um homem de trinta anos de TV, trabalho em TV há quatro ou cinco anos, mas é uma coisa rápida de fazer você investir em debate.

É uma coisa que pode ser feita se não em um mês, mas talvez numa estratégia de médio prazo. Vamos investir em debate, vamos investir em politizar a nossa programação pelo debate, já que não é possível, até para evitar as armadilhas de que a Tereza falou, não dá para colocar do dia para a noite e virar uma TV politizada e

colocar todo mundo para falar o que pensa, os repórteres para darem opiniões, ninguém está pedindo isso. Mas o debate aberto e franco pode ser feito a qualquer momento. Acho que isso está faltando na TV Brasil hoje. É claro que com exceções.

Já fiz até uma experiência, que sugiro alguns fazerem, que é fechar os olhos e tentar ouvir a TV sem vê-la. É uma experiência interessante porque quando você apenas ouve a TV Brasil, ou Globo, ou Record, você consegue diferenciar o que é uma TV pública e o que é uma TV privada. Mas, quando você abre o olho, você vê que há uma tentativa de querer ser uma TV pública, pelo texto, ou seja, às pessoas estão tentando fazer uma TV de qualidade, mas quando você abre os olhos cai na realidade e confunde o que você está ouvindo com o que está vendo e aí vai lá para baixo a sua avaliação.

Então, uma experiência é tentar ouvir a TV Brasil ou a TV que se queira avaliar sem vê-la, para você poder saber que há pelo menos uma tentativa de fazer algo que dá certo. E vejo que a TV Brasil está tentando e tem acertado muito, inclusive.

A segunda questão é aquilo que falei certa vez com o Murilo numa reunião, não sei se todos estavam, que é o que chamo de empoderamento da reportagem, a reportagem tem que ter poder. Se isso for feito, mesmo que se criem limites para evitar que um repórter que não tenha uma formação adequada, o pessoal é novo – sei disso, é o mesmo problema que tive na TV Câmara também quando entrei lá.

Às vezes, tínhamos um chamado quebra-queixo do salão verde. A Rede Globo estava lá com a Délis Ortiz, a Record estava com a sua melhor repórter, e a TV Câmara e a TV Brasil estavam com produtores. Cansei de ver isso. Produtores que não podem nem fazer perguntas às vezes, que não podem nem mostrar a cara porque a

produtora da TV Câmara é terceirizada, não sei se com a produtora da TV Brasil é esse o problema ou outro. Quer dizer, é desigual a Globo mandar a Délis Ortiz e nós mandarmos uma produtora que, por mais boa vontade que tenha, nunca vai conseguir fazer uma reportagem política como a Délis Ortiz faz.

Então, a segunda questão que coloco aqui como proposta é empoderar imediatamente a reportagem. E para isso não precisa de muita coisa, não precisa de muito recurso, não precisa de passagem aérea, não precisa renovar cenário, é fazer coisas de imediato, coisas que tenham reação uma ou duas semanas depois de decisões tomadas. Sei que a EBC tem capacidade para isso, tem gente competente lá para fazer isso. Talvez seja preciso realmente perder um pouco do medo, medo inclusive das armadilhas que possam vir por aí, e começar a colocar as coisas para andar.

Era isso o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Conselheiro.

Agora, com a palavra o Conselheiro Laurindo.

**CONSELHEIRO LAURINDO LEAL FILHO** – Não consegui resistir depois da fala do Murilo em relação à apresentação da Professora Iluska, mas é rápido, são duas coisas conceituais rápidas.

Queria lembrar os Conselheiros da audiência pública em Belo Horizonte, onde a Professora Regina Mota fez uma intervenção, que recuperei na Ouvidoria, inclusive acho que coloquei em um dos relatórios.

Ela usou uma expressão e um conceito que nunca usamos que é alteridade. Essa ideia de que se tem que ouvir um lado, ouvir o outro, medir com a fita métrica, isso acaba, como disse o Murilo, engessando muito e levando talvez a essas conclusões que a Iluska trouxe. A questão da alteridade é ter o olhar para o outro, para o diferente.

Quem faz jornalismo no Brasil? É a classe média. O nosso olhar, o olhar de todos é de classe média, classe média alta. É um desafio, mas acho que valeria a pena recuperar, até conversar um pouco com a Regina. Eu não tenho condições aqui nem de aprofundar essa questão, mas ela lançou ali algo que valeria a pena refletirmos e aprofundarmos.

A outra questão, que não é só do jornalismo, mas é de tudo, e aí não vou ser tão modesto como o Murilo, nem como o Beto. Tenho uma longa experiência de TV, como jornalista de TV, como editor de telejornal etc.

O que conseguimos descobrir é o seguinte, não só no jornal, mas na programação como um todo: você segura audiência, prende o expectador em cima de um tripé. Qual é o tripé? Pode até parecer paradoxal, mas é: sedução, hábito e surpresa. Você tem que seduzir o telespectador com qualidade técnica, com conteúdo que o prenda diante da televisão, polêmica é fundamental. Alteridade tem um pouco a ver com polêmica, acho. Com isso você seduz.

Depois, você o habitua. O Boni ensinou isso para a Globo na década de 60, grade vertical, horizontal. Você tem que habituar, o cidadão tem que saber que vai ligar a TV e vai ver aquele programa. Por isso que existia o incômodo e a Ouvidoria recebia muita demanda quando a programação mudava a cada momento. Então, você tem que seduzir e habituar, mas depois você tem que surpreender, porque, se ficar na monotonia, ele muda de canal ou desliga a TV.

Isso vale para o telejornalismo. Um colega meu falou isso quando eu trabalhava na Cultura, lá nos anos 80: temos que surpreender a cada matéria. Isso, a comercial sabe fazer. Você tem sempre que estar surpreendendo. Agora, temos que surpreender com esse conteúdo ao qual nos referimos.

Acho que ficam essas duas questões para refletirmos que são um pouco mais conceituais, mas acho que tem que sustentar o debate desse tipo de pesquisa que a Iluska fez. Quer dizer, de um lado essa questão da alteridade, da diferença do debate, e do outro lado esse tripé: sedução, hábito e surpresa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Tereza, sua vez.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Duas pequenas coisas. A maior evidência, Professora Iluska, autora da pesquisa, de que realmente vivemos, desde a criação da TV Brasil, um processo de auto-inibição e de que isso espanta muita gente, embora a senhora não me conheça, é a pergunta que todos fazem: por que você não é comentarista pelo jornal da TV Brasil?

Tenho uma trajetória de colunista política, escrevi por 22 anos para uma das colunas políticas mais importantes do Brasil: Jornal "O Globo", e eu era comentarista da *Globo News*.

No entanto, aquele perfil de trabalho que eu fazia no setor privado exige opinião. E eu não poderia, ainda que eu não trabalhasse as tantas horas que trabalho noite adentro na EBC, ainda que eu tivesse condições físicas, que não tenho e não teria, entendemos que se devia evitar isso naqueles primeiros tempos. E

até hoje está sendo evitado, porque, ao invés de acrescentar, isso foi uma contradição.

Encontro até hoje muitas pessoas que perguntam: por que não? O que mais você poderia agregar era o seu prestígio, o seu nome, a sua credibilidade como jornalista. Mas isso ia politizar, ainda mais sendo presidente da empresa. Aí complicaria mesmo. Mas isso era só uma informação.

Eu queria me manifestar rapidamente sobre a fala do Professor Murilo, com a qual concordo inteiramente. Aqui, enquanto a reunião transcorre, chegaram *e-mails* das três pessoas que demitimos, com mais uma no Rio são quatro. Isso não é uma coisa boa, ninguém tem prazer nisso, é muito desagradável. Agora, são medidas de gestão, necessárias. A do Rio foi coisa da TV Brasil; essas outras três foram aqui. Mas tudo porque é a mesma empresa.

Então, eu queria concordar com o que o Murilo falou, acrescentando outra coisa: é descomunal a energia que se exige de um corpo dirigente quando você tem duas tão grandes responsabilidades: atender ao governo, prestar esses serviços, assumir tão grandes responsabilidades.

Não é NBR não, Conselheiros. Alguém falou isso, não foi a NBR. Isso é gerar uma cadeia. Na posse da Presidenta Dilma, aquilo que todo mundo e o mundo mostrou, fomos nós. Os senhores não tem ideia das nossas operações, do volume de operações complexas que a EBC desenvolve, nas duas áreas. Aquilo foi uma cadeia obrigatória com todas as TVs privadas conectadas no nosso sinal de rádio e conectadas no nosso sinal de TV.

Quando o Presidente da República viaja ou quando há qualquer ato do Presidente da República, a diretoria do Garcez, juntamente com a Diretoria de Suporte, disponibilizam aquela transmissão para todas as TVs privadas do Brasil e do mundo. Não é

só cobrir para o NBR. Não é isso que fazemos, é muito mais do que isso. Há um satélite onde está toda a imagem da Presidência da República e governamental, para todas as emissoras de rádio e de televisão.

Isso é descomunal, afora a “Voz do Brasil” etc. E mais o desafio, também enorme, de implantar canais públicos, TV pública, rádio pública, agência e Conselho Curador, essas relações e procedimentos novos etc.

Fiquei muito aborrecida, isso não é novidade, quando o Conselho rejeitou o nosso plano de trabalho e mandou fazer outro, porque foi numa conjuntura descomunal de trabalho. E eu achava que havia sido uma incompreensão enorme, porque o plano já dizia tudo, e queriam detalhamento. Tudo bem, detalhamos, ficou tudo bem, já passou.

Mas só estou falando isso para que as pessoas pensem e percebam: gerir a EBC é uma tarefa monstruosa. Já seria grande gerir bem uma coisa ou outra. Acho que, em algum momento, isso é bastante consensual entre nós, dirigentes. Ontem mesmo, eu, Garcez, Nelson Breve, o Diretor Jurídico, falávamos sobre isso. Naquele momento lá atrás, quando se criou a EBC, não havia outra solução, mas essa discussão terá que ser enfrentada, e o Conselho pode ser um dinamizador. Só que isso exige aquela coisa difícil que é ir lá no Congresso e mudar uma lei.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Mário.

**CONSELHEIRO MÁRIO AUGUSTO JAKOBSKIND** – Só queria, em relação à fala do Professor Murilo, levantar uma questão,

que refuto da mais alta importância, que também é diferencial numa TV pública, que é o cinema, as películas.

Nesse sentido, acho que a TV Brasil dá um banho em relação às outras emissoras comerciais, especialistas em enlatados que, de um modo geral, dão ênfase à violência. E sabemos de que forma são esses enlatados que dão ênfase à violência e de onde vêm. Mas não é o caso essa discussão.

Acho que seria injusto deixarmos de lado essa questão. A TV Brasil tem dado mostras da importância do cinema latino-americano, cinema ibero-americano, e o cinema brasileiro é muito importante também para a formação. Nesse sentido, a TV Brasil está bem à frente das demais, porque dá ênfase primeiro ao cinema nacional.

Em termos políticos, estamos nos conhecendo em termos de América Latina. Quando posso, ligo a televisão para ver filme na América Latina. Acho que tem muita gente que quer um diferencial que vai nisso. Pena que o Murilo não esteja aqui, mas acho que é importante enfatizarmos esse aspecto: o cinema também é diferencial.

Queria aproveitar também a oportunidade e lembrar o seguinte: há poucos dias, a TV Brasil apresentou um serial documentário "O dia que durou 21 anos". O Camilo Tavares, que é o diretor – o roteirista é o Flávio Tavares –, disse que só foi possível fazer esse documentário graças a uma TV pública.

Isso é muito importante porque o documentário que vimos ontem no *playser* é o *WikLeaks* audiovisual. É verdade! E tenho encontrado muita gente que tem comentado: mas eu não vi, me falaram. A repercussão ficou muito grande e muita gente gostaria de ver ou rever. Então, fica o registro aí.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos duas pessoas inscritas, mais a Professora Iluska. Gostaria de pedir mais celeridade, por favor.

Com a palavra a Nereide e, depois, o José Martins.

**A SRA. NEREIDE BEIRÃO** (Diretora de Jornalismo) – É só para a questão do noticiário internacional. Tivemos problemas no noticiário internacional, reclamação na ouvidoria, na audiência pública. Só gostaria de informar que mudamos o editor, estamos passando a editar desde ontem, apesar de ter sido um dia bem quente aqui em Brasília. Mas ainda vamos ter limitações porque dependemos de uma agência de notícias que é a Reuters. Então, temos limitação, não temos estrutura.

Eventualmente, pedimos para a Lusa ou para a TV da Argentina, mas não é muito fácil para nós. Temos acordo com a Telam, mas temos essa dificuldade de ter uma fonte só, que é a Reuters, que é uma agência de notícias com todos os problemas que sabemos que tem, então somos muito limitados mesmo.

No noticiário internacional, tentamos sempre dar uma entrevista de estúdio ou pegar alguma coisa relacionada a um foco brasileiro, mas temos essa limitação. O editor vai ajudar muito, mas ele também não tem muito como fazer milagres.

**CONSELHEIRO JOSÉ ANTONIO FERNANDES MARTINS** – Eu queria apenas comentar o seguinte: eu gostaria que a Sra Tereza mandasse para todos os Conselheiros o seu currículo. Conheço casualmente o currículo dela, é um currículo de altíssimo

respeito, e acho que, sem dúvida nenhuma, o que a EBC fez, sob o comando dela, pelo menos desde que estamos aqui, tenho acompanhado quase desde o início, foi um trabalho muito bom.

Não sou um grande apreciador de televisão porque não tenho nem tempo, mas tenho acompanhado as notícias de jornais e vi que houve, efetivamente, em termos qualitativos, uma bela evolução. Acho que é um trabalho gigantesco, como ela disse, administrar uma empresa pública. Eu não teria paciência para administrar uma empresa pública. Dentro da minha empresa faço o que quero. Imagina, foi-se discutir aqui que se demitiram três funcionários. Lá, ponho para a rua diretor, vice-presidente, e ninguém tem nada a ver com isso. Quer dizer, o troço não funcionou, não cumpriu o que se fez, errou, passa a faca no pescoço. Empresa privada é isso. Na empresa pública, sei que é um pouco diferente.

Então, acho que o trabalho de vocês, dirigentes de uma estatal, que tem que olhar se vai pisar nos pés do governo ou não, quer dizer, é um troço muito complicado.

Por isso, parablenzo a direção por ter contratado a professora, que, apesar de um nome português, tem a carinha de polaca, é lá do Espírito Santo. Pensei que ela fosse paranaense ou gaúcha. Mas foi um trabalho que achei muito bom, muito completo. Apenas me preocupou com o que você colocou no fim, que precisa de investimento. Sem investimento não se faz nada. Planejamento estratégico, *business plan*, seja lá o nome que vocês quiserem dar, se não tiver grana em cima do negócio, é pura ficção científica. Tanto que, quando me apresentam um plano, pergunto e peço para colocar na última linha: quanto custa esse troço, em dólar, real ou na moeda que for.

Então, isto preocupa, professora: que pudesse ser feito um investimento, acompanhado de um *business plan* com *time* de

progressão, porque aí a diretoria teria que acompanhar direitinho, apresentando então ao Conselho, para ver se a organização tem recursos disponíveis para aprovar ou não esse plano de desenvolvimento.

Mas eu lhes disse: não entendo bulhufas, gostaria muito de entender sobre jornalismo, sobre isso, mas tenho a sensibilidade da empresa privada e acho que uma empresa, seja ela do que for, todas são iguais.

Para desenvolver um *business plan*, temos que ter o investimento; para investimento, temos que gerar recursos, e esses recursos tem que vir de alguém. Como é uma estatal, tem que vir aprovado, não sei por de vem o dinheiro. Então, precisaria exatamente coordenar o seu plano com a diretoria para ver se existem esses recursos disponíveis, porque, se não houver investimento, o plano todo que a senhora fez vai ser inútil. Não adianta, sem investir, não acredito em nada.

Era isso, Sra. Presidente, que eu queria colocar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Passo a palavra para a Professora Iluska, que, brevemente, fará suas declarações finais.

**PROFESSORA ILUSKA COUTINHO** – Eu queria só colocar que temos conhecimento, claro, do papel da dinâmica de produção e das dificuldades de produção. Algumas, imaginamos; outras, temos informação mais concreta no contato. Uma das perspectivas era de ter esse contato de pesquisa de campo

Inicialmente, estava no projeto original, mas se optou por, num primeiro momento – pode até ser que num segundo momento seja uma decisão da Câmara de Jornalismo -, mas num primeiro momento, tentar avaliar, a partir das promessas da TV Brasil, expressas nos seus documentos fundadores, em que medida essas promessas se concretizavam no telejornalismo atualmente oferecido.

Conforme a Nereide falou, já percebemos algumas mudanças que vão nesse sentido. Sabemos que fazer telejornalismo público é uma construção, aliás, fazer telejornalismo é uma construção cotidiana e que demanda um aprendizado. E nesse sentido que eu queria destacar a nossa contribuição.

Para fazer uma paródia ao quadro editado pelo Guilherme, queremos apresentar um outro olhar, um olhar acadêmico, nessa perspectiva de também contribuir. Acho que a academia também tem papel importante de contribuição na hora de pensar como materializar o telejornalismo público. Acho que é um pouco essa a nossa contribuição, também nesse sentido.

Apesar de não termos colocado a palavra julgamento e definição final numa sentença, acho que o termo conclusão como título da última lâmina pode ter deixado, de fato, essa impressão. Mas quero só reforçar que é um projeto em andamento e, portanto, talvez o mais adequado fosse provocação, em vez de conclusão, porque os nossos apontamentos não dizem que não é feito telejornalismo por merecer, mas é que é preciso radicalizar esse conceito de jornalismo público, ir às últimas instâncias, aproveitar algumas experiências bem sucedidas e fazer alguns ajustes. Que ajustes podem ser esses, no final do processo, pretendemos apontar, como o Conselheiro requisitou.

Mas, por exemplo, talvez uma alternativa, no caso do "Jornal Visual", tendo em vista a necessidade da dinâmica de gravação, seja mudar o perfil, ao invés de ser um jornal ser um programa jornalístico, que não necessariamente tem que ter esse perfil de jornal. Daí este conselho: assumir a sua identidade diversa da de um telejornal. Ele não tem esse tipo de compromisso público, então talvez mudar um pouco a identidade do produto.

Entendemos também as dificuldades estratégicas, e todo o percurso do jornalismo diz muito da preocupação estratégica com a objetividade. Sabemos dessas dificuldades, no caso da TV Brasil, mas acho também que é nosso papel aqui apontar com esse olhar externo, então é o olhar do outro, que tem o caráter da alteridade, ou seja, não tem uma identificação, nesse momento, com as dificuldades que os senhores vivenciam, mas também é o olhar da expectativa da sociedade.

De certa maneira, esse olhar é um pouco da demanda da sociedade, do que achamos que pode ser e que queremos contribuir, seja com esse nosso trabalho ou em outros momentos, da melhor maneira possível. E dizer que também acreditamos no telejornalismo público, naquelas pequenas mudanças que percebemos que são feitas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, professora. Gostaria de lembrar que não é o relatório final. O relatório final será apresentado à Câmara, e esperamos, membros da Câmara de Jornalismo, que os senhores façam um parecer, uma avaliação e tragam, ao Pleno, as recomendações e resoluções que porventura tiverem que ser implementadas.

Temos agora como último ponto de pauta – vários de nós temos voos daqui a pouco – duas questões: a primeira ligada à próxima reunião que está marcada para o dia 16 de junho, mas, como haverá um seminário sobre mídia pública, promovido em parceria entre a EBC e a UNESCO entre os dias 30 de junho e 1º de julho, proponho que nossa reunião seja no dia 29, à tarde, e que participemos do seminário, e que esse seminário passe a ser a audiência pública, com essa temática que nos propusemos a fazer no ano passado.

Então, esta é a proposta: a audiência seja o seminário e a nossa reunião, em vez do dia 16 de junho, passaria a ser no dia 29, à tarde. Há uma divulgação, atraímos gente, a sociedade civil.

Repito: em vez de 16 de junho passaria para o dia 29, à tarde, a reunião do Conselho, e aproveitemos o seminário para fazer a audiência pública, nos dias 30 de junho e dia 1º de julho. Concordamos todos? Sim.

A segunda colocação da Presidência é de que, provocada pelo Conselheiro Takashi, numa forma de dinamizar, fazer com que nossas pautas, nossos encaminhamentos do Conselho, nosso trabalho seja aperfeiçoado, sugiro que, a partir deste mês, passemos a trabalhar com um grupo, junto à Presidência e à Secretaria Executiva, com membros representativos das Câmaras, para decidir sobre pauta, sobre a dinâmica das próximas reuniões, no segundo semestre, até o final do meu mandato, que é em dezembro. Que passemos então a organizar um grupo menor, não vamos trabalhar com os vinte e dois para fazer essas pautas e dinâmicas, mas trabalhamos com um representante de cada Câmara nesse grupo, que se reuniria antes da reunião do Conselho para deliberar, para trazer ao Pleno as propostas de pauta e de dinâmicas.

Então, gostaria de ouvir dos senhores se aprovam que cada Câmara tenha então uma representação nesse pequeno grupo, junto à Presidência e à Secretaria Executiva. Se concordarem, o Diogo já passaria a conversar com cada Câmara para ver essa indicação de um representante. Pode ser assim? Assim, vamos aperfeiçoando os trabalhos do Conselho. Já temos as câmaras temáticas, as audiências públicas e as deliberações e, agora, esse grupo que trabalharia junto com a Presidência e a Secretaria Executiva.

**CONSELHEIRO TAKASHI TOME** – Gostaria de colocar uma provocação para os conselheiros no sentido de tentarmos... Uma coisa que me preocupa é que, nas várias reuniões, são colocadas propostas, ideias etc. e, por não aprofundarmos as discussões, essas ideias acabam se esvaindo, acabamos perdendo-as. Então, precisávamos criar uma metodologia, alguma forma de aproveitar e incorporar essas ideias e sugestões nas nossas propostas.

Nesse sentido, gostaria de propor aos Conselheiros que os senhores e senhoras mandassem sugestões para a Ima e para o Diogo. E, já de cara, eu faria uma sugestão que seria reativar a ideia do *site* do Conselho Curador.

**O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES** (Secretário Executivo) – Fiquei com uma dúvida em relação à audiência. Nossa reunião será no dia 29, pela manhã; e a audiência, à tarde, ou o contrário?

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – A ideia seria transformar o seminário em audiência, no momento público; e a nossa reunião na tarde do dia 29.

**A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL** (Diretora Presidente) – Nós ajudaríamos aqui na EBC a fazer uma grande chamada. Podemos até fazer um formato que seja divulgação EBC. Não sei se já estão impressas as coisas lá da UNESCO, mas poderíamos fazer uma grande chamada, Presidente, chamando externamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Agradeço a presença de todos e muito obrigada.